

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Controladora			Consolidado		
	2013	2012 Reapresentado	2011 Reapresentado	2013	2012 Reapresentado	2011 Reapresentado
Circulante						
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7)	30.006	37.869	37.880	664.506	172.740	428.754
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 8)	-	-	-	-	16.343	15.062
Contas a Receber de Clientes (Nota 9)	-	-	509	788.205	990.364	850.300
Estoques	-	-	-	11.958	14.759	19.307
Tributos a Recuperar ou Compensar (Nota 11)	6.976	2.835	14.210	98.957	92.093	72.438
Dividendos a Receber	42.941	1.028	71.580	2.771	1.037	4.079
Outras Contas a Receber	2.038	-	6	107.673	24.701	37.522
	81.961	41.732	124.185	1.674.070	1.312.037	1.427.462
Não Circulante						
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 8)	121.443	55.198	133.013	121.443	55.198	133.013
Contas a Receber de Clientes (Nota 9)	-	-	-	7.170	100.442	121.376
Outros Créditos com Partes Relacionadas (Nota 12)	15.191	36.472	64.888	15.191	36.472	64.888
Tributos Diferidos (Nota 16)	-	23.864	-	316.517	494.175	285.658
Tributos a Recuperar ou Compensar (Nota 11)	-	-	-	10.418	14.060	13.697
Depósitos Judiciais (Nota 22)	8.781	8.809	6.651	143.761	139.623	146.956
Ativo Indenizatório – Concessão (Nota 10)	-	-	-	2.682.713	2.390.674	1.943.940
Outras Contas a Receber	-	-	-	2.960	2.023	1.430
Investimentos em Controladas e Coligadas (Nota 13)	1.964.198	1.615.334	2.041.832	181.471	168.062	154.994
Intangível (Nota 15)	8.463	8.523	8.583	250.920	375.197	534.887
Imobilizado (Nota 14)	61	62	47	221.129	255.293	351.828
	2.118.137	1.748.262	2.255.014	3.953.693	4.031.219	3.752.667
Total do Ativo	2.200.098	1.789.994	2.379.199	5.627.763	5.343.256	5.180.129

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011
(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
Passivo	2013	2012 Reapresentado	2011 Reapresentado	2013	2012 Reapresentado	2011 Reapresentado
Circulante						
Fornecedores (Nota 17)	1.285	1.409	148	557.854	703.281	414.523
Empréstimos e Financiamentos (Nota 18)	-	-	-	199.686	81.064	235.162
Debêntures (Nota 19)	-	-	-	4.631	-	-
Salários e Encargos Sociais	899	650	338	109.474	115.427	119.375
Tributos e Contribuições Sociais (Nota 20)	4.684	1.988	14.531	167.486	89.725	123.215
Dividendos e Juro sobre Capital Próprio a pagar	47.657	426	72.048	47.657	426	72.048
Taxas Regulamentares (Nota 21)	-	-	-	174.621	122.891	174.257
Outros Passivos de Partes Relacionadas (Nota 12)	-	-	-	14.263	14.538	18.113
Passivo Atuarial (Nota 23)	-	-	-	172.275	130.960	115.908
Outros Passivos	221	257	210	43.713	47.386	18.938
	54.746	4.730	87.275	1.491.660	1.305.698	1.291.539
Não Circulante						
Empréstimos e Financiamentos (Nota 18)	-	-	-	178.953	257.046	107.930
Debêntures (Nota 19)	-	-	-	298.402	-	-
Tributos e Contribuições Sociais (Nota 20)	-	41	1.207	-	41	1.207
Tributos Diferidos (Nota 16)	-	-	-	13.633	28.404	72.389
Taxas Regulamentares (Nota 21)	-	-	-	112.159	189.184	147.841
Provisão para Contingências (Nota 22)	7.890	7.890	6.627	505.805	426.645	488.862
Passivo Atuarial (Nota 23)	-	-	-	887.214	1.356.430	783.797
Outros Passivos	-	-	-	2.475	2.475	2.474
	7.890	7.931	7.834	1.998.641	2.260.225	1.604.500
Patrimônio Líquido (Nota 24)						
Capital Social	1.017.700	1.017.700	1.017.700	1.017.700	1.017.700	1.017.700
Reservas de Capital	316	316	316	316	316	316
Reservas de Lucros	922.665	748.533	1.001.394	922.665	748.533	1.001.394
Ajuste de Avaliação Patrimonial	190.313	10.784	249.295	190.313	10.784	249.295
Dividendos Adicionais a Distribuir	6.468	-	15.385	6.468	-	15.385
	2.137.462	1.777.333	2.284.090	2.137.462	1.777.333	2.284.090
Total do Passivo	2.200.098	1.789.994	2.379.199	5.627.763	5.343.256	5.180.129

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012 Reapresentado	2013	2012 Reapresentado
Receita (Nota 26.1)	-	-	4.872.377	4.414.979
Receita das Vendas e Serviços	-	-	4.568.921	4.076.922
Receita de Construção – CPC 17	-	-	303.456	338.057
Custos (Nota 26.2)	-	-	(4.052.547)	(4.002.637)
Custo das Vendas e Serviços	-	-	(3.749.091)	(3.664.580)
Custo de Construção – CPC 17	-	-	(303.456)	(338.057)
Lucro Bruto	-	-	819.830	412.342
Despesas com Vendas (Nota 26.2)	-	-	(214.430)	(215.557)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 26.2)	(34.360)	(25.830)	(346.646)	(601.932)
Outras Receitas/Despesas, Líquidas (Nota 26.2)	-	(1.267)	(138.666)	(121.272)
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 13)	191.277	(181.696)	24.939	21.622
Resultado Operacional	156.917	(208.793)	145.027	(504.797)
Receitas Financeiras (Nota 26.3)	67.369	8.813	267.469	280.564
Despesas Financeiras (Nota 26.3)	(1.548)	(79.609)	(116.185)	(150.344)
Resultado Financeiro	65.821	(70.796)	151.284	130.220
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	222.738	(279.589)	296.311	(374.577)
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 16)	(23.864)	23.864	(97.437)	118.852
Corrente	-	-	(43.419)	(12.321)
Diferido	(23.864)	23.864	(54.018)	131.173
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	198.874	(255.725)	198.874	(255.725)
Lucro (Prejuízo) por Ação Atribuível aos Acionistas da Companhia Durante o Exercício (expresso em R\$ por ação)				
Lucro Básico por Ação				
Ações Ordinárias Nominativas	4,8653	(6,2561)	4,8653	(6,2561)
Ações Preferenciais Nominativas	5,3518	(6,8817)	5,3518	(6,8817)
Lucro (Prejuízo) Diluído por Ação				
Ações Ordinárias Nominativas	4,8653	(6,2561)	4,8653	(6,2561)
Ações Preferenciais Nominativas	5,3518	(6,8817)	5,3518	(6,8817)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(valores expressos em milhares de reais)

Controladora/Consolidado

	Reservas					Ajustes Avaliação Patrimonial		Lucro /Prejuízo Acumulado	Total
	Capital Social	Capital	Legal	Retenção de Lucros	Dividendos Disposição AGO	Custo Atribuído	Passivo Atuarial		
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.017.700	316	102.489	898.905	15.385	139.736	-	-	2.174.531
Ajuste de Ganhos e Perdas Atuariais, Líquidos de Tributos	-	-	-	-	-	-	109.559	-	109.559
Saldos em 01 de janeiro de 2012	1.017.700	316	102.489	898.905	15.385	139.736	109.559	-	2.284.090
Dividendos Adicionais Distribuídos	-	-	-	-	(15.385)	-	-	-	(15.385)
Prejuízo do Exercício Realização do Custo Atribuído, Líquido de Impostos	-	-	-	-	-	-	-	(255.725)	(255.725)
Absorção do Prejuízo Ganhos e Perdas Atuariais, Líquidos de Tributos	-	-	-	(252.861)	-	-	-	252.861	-
	-	-	-	-	-	-	(235.647)	-	(235.647)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.017.700	316	102.489	646.044	-	136.872	(126.088)	-	1.777.333
Lucro Líquido do Exercício Realização do Custo Atribuído, Líquido de Impostos	-	-	-	-	-	-	-	198.874	198.874
Destinação do Lucro	-	-	-	-	-	(31.937)	-	31.937	-
Constituição de Reservas	-	-	9.944	164.188	-	-	-	(174.132)	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	6.468	-	-	(56.679)	(50.211)
Ganhos e Perdas Atuariais, Líquidos de Tributos.	-	-	-	-	-	-	211.466	-	211.466
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.017.700	316	112.433	810.232	6.468	104.935	85.378	-	2.137.462

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012 Reapresentado	2013	2012 Reapresentado
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	198.874	(255.725)	198.874	(255.725)
Itens que não serão reclassificados para demonstração do resultado				
Remensuração de Obrigação de Planos de Benefício Definido, Líquidos de Tributos	211.466	(235.647)	211.466	(235.647)
Resultado Abrangente Total	<u>410.340</u>	<u>(491.372)</u>	<u>410.340</u>	<u>(491.372)</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013	2012
		Reapresentado		Reapresentado
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais				
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	222.738	(279.589)	296.311	(374.577)
Ajustes				
Depreciação e Amortização	1.529	1.531	209.155	159.932
Ganho ou Perda na Alienação de Ativo Imobilizado/Intangível	-	-	38.818	48.055
Resultado da Equivalência Patrimonial (Nota 13)	(191.277)	181.696	(24.939)	(21.622)
Atualização do Ativo Financeiro - VNR	-	-	(64.062)	(154.266)
Provisão/Reversão para Perdas em Ativos	(66.245)	77.815	(43.022)	201.655
Rendimentos não Realizados de Investimentos e Juros a Receber	-	-	-	(1.281)
Juros e Variações Monetárias	(2.793)	(5.598)	48.642	19.743
Constituição/Reversão de Provisões	-	1.263	79.160	(62.217)
Provisão para Passivo Atuarial	-	-	95.883	54.739
Ganhos ou Perdas com Participações Societárias (Ativos)	-	-	1.228	508
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	16.518	97.679
Realização de Provisão para Perdas	-	-	(28.169)	-
Variações nos Ativos e Passivos				
Contas a Receber	-	509	278.913	(216.809)
Tributos a Recuperar	(4.141)	11.375	(3.222)	(20.018)
Estoques	-	-	2.801	4.548
Outros Ativos	20	6	(83.909)	12.228
Depósitos Judiciais	28	(2.158)	(4.138)	7.333
Fornecedores	13.109	1.261	(145.427)	288.758
Salários e Encargos Sociais	246	298	(5.953)	(3.948)
Tributos a Pagar	(323)	(13.709)	38.030	(31.295)
Taxas Regulamentares	-	-	(25.295)	(10.023)
Outros Passivos	(33)	62	(4.016)	24.874
Passivo Atuarial	-	-	(203.381)	175.968
Dividendos Recebidos	26.507	90.236	19.645	16.897
Caixa Proveniente das Operações	(635)	64.998	489.571	216.861
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-	-	(6.707)	(15.682)
Juros Pagos	-	-	(46.380)	(21.682)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(635)	64.998	436.484	179.497
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos				
Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-	(16)	(311.095)	(366.599)
Aumento de Capital	(16.000)	(12.000)	(12.545)	(7.280)
Juros Recebidos	-	-	-	-
Partes Relacionadas	(15.300)	-	-	-
Resgate de Fundo de Investimento - FIDC	-	-	16.343	-
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	(31.300)	(12.016)	(307.297)	(373.879)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento				
Amortização de Empréstimos	-	-	(294.959)	(264.536)
Ingressos de Empréstimos	-	-	333.466	255.897
Ingressos de Debêntures	-	-	300.000	-
Partes Relacionadas	24.074	24.482	24.074	24.482
Dividendos Pagos	(2)	(77.475)	(2)	(77.475)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamentos	24.072	(52.993)	362.579	(61.632)
Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(7.863)	(11)	491.766	(256.014)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	37.869	37.880	172.740	428.754
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	30.006	37.869	664.506	172.740

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(valores expressos em milhares de reais)

	2013	Controladora 2012 Reapresentado	2013	Consolidado 2012 Reapresentado
Receitas				
Vendas Brutas de Produtos e Serviços	-	-	6.424.448	6.573.478
Receita com a Construção de Ativos	-	-	303.456	338.057
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(16.519)	(97.679)
Insumos Adquiridos de Terceiros				
Custo das Mercadorias e Serviços Públicos Vendidos	-	-	(3.301.417)	(3.219.814)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros Operacionais	(8.670)	(4.123)	(334.677)	(84.748)
Gastos com a Construção de Ativos	-	-	(303.456)	(338.057)
Perdas/Recuperação de Ativos	66.245	(77.815)	71.191	(201.655)
Valor Adicionado Bruto	57.575	(81.938)	2.843.026	2.969.582
Depreciação, Amortização e Exaustão	(1.529)	(1.531)	(209.155)	(159.932)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	56.046	(83.469)	2.633.871	2.809.650
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Resultado de Equivalência Patrimonial	191.277	(181.696)	24.939	21.622
Receitas Financeiras	1.124	8.813	201.224	280.564
Valor Adicionado Total a Distribuir	248.447	(256.352)	2.860.034	3.111.836
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	(25.375)	(22.670)	(565.958)	(885.454)
Impostos, Taxas e Contribuições	(24.129)	23.664	(1.967.367)	(2.402.002)
Juros e Variações Cambiais	(20)	(263)	(114.657)	(70.998)
Aluguéis	(49)	(104)	(13.178)	(9.107)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(50.211)	-	(50.211)	-
Lucro/Prejuízo Retido do Exercício	(148.663)	255.725	(148.663)	255.725
Valor Adicionado Distribuído	(248.447)	256.352	(2.860.034)	(3.111.836)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, é uma sociedade anônima por ações de capital aberto com sede na Avenida Itamarati, 160, bairro Itacorubi, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973, e hoje tem seus papéis negociados na bolsa de São Paulo no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA S.A., em São Paulo e é controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

A Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e coligadas têm como atividade preponderante a distribuição, transmissão e geração de energia elétrica. Além disso, atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

Em 31 de dezembro de 2013, as principais controladas integrais consolidadas, investimentos de controle compartilhado e coligadas são:

Percentual de Participação Integralizado - %		
Descrição	31 de dezembro 2013	31 de dezembro 2012
Controladas	Direta	Direta
Celesc Distribuição S.A. (Celesc D)	100,00	100,00
Celesc Geração S.A. (Celesc G)	100,00	100,00

Percentual de Participação Integralizado – %				
Descrição	31 de dezembro 2013		31 de dezembro 2012	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas em conjunto				
Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS	17	-	17	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	30,88	-	30,88	-
Campo Belo Energética S.A. (Campo Belo)	-	30	-	30
Painel Energética S.A. (Painel)	-	32,5	-	32,5
Rondinha Energética S.A. (Rondinha)	-	32,5	-	32,5
Companhia Energética Rio das Flores (Rio das Flores)	-	25	-	25
Xavantina Energética (Xavantina)	-	40	-	40
Bandeirante Energética (Bandeirante)	-	25	-	25
Coligadas				
Dona Francisca Energética S.A. – DFESA	23,03	-	23,03	-
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A. (Cubatão)	40	-	40	-

1.1. Ambiente Regulatório

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia – MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela ANEEL.

O processo de desverticalização da atividade de distribuição de energia elétrica cumpre as disposições da Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, foi autorizado pela Lei Estadual nº 13.570, de 23 de novembro de 2005, e recebeu anuência da ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 712, de 03 de outubro de 2006.

1.1.1. Das Concessões

a) Medida Provisória – MP nº 579/2012 convertida em Lei Federal nº 12.783 de 11 de Janeiro de 2013

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, com o objetivo de reduzir os custos de energia elétrica para consumidores, publicou a Medida Provisória – MP nº 579/2012. Em 14 de setembro de 2012, o Decreto Presidencial – DP nº 7.805 foi emitido, definindo alguns dos procedimentos operacionais para a implementação do que foi estabelecido na MP nº 579/2012. Esta MP permitiu aos concessionários com contratos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica vencendo entre 2015 e 2017, a possibilidade de antecipar as suas prorrogações mediante condições específicas nela estabelecidas. Em 11 de janeiro de 2013, a MP nº 579/2012 foi convertida na Lei nº 12.783/2013.

A referida Lei teve como objetivo reduzir as tarifas de energia elétrica em 20,2%*, em média (16,2% para consumidores residenciais e de 19,7% a 28% para os consumidores industriais) e baseia-se em dois pontos principais:

- (i) Eliminação/redução de alguns dos encargos setoriais, que contribuirá para a redução das tarifas finais em 7% e;
- (ii) Definição de novas condições para a prorrogação de contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição, com datas de vencimento entre 2015 e 2017, com um impacto médio de 13,2% nas tarifas finais.

Para as concessionárias de distribuição, a Lei nº 12.783/2013 definiu a redução das tarifas pela eliminação/redução de alguns dos encargos setoriais a partir de 1º de janeiro de 2013.

* Informações referentes aos percentuais de redução decorrentes da MP nº 579/2012 não foram auditadas.

Definiu também redução das tarifas devido a uma revisão tarifária extraordinária ocorrida a partir de fevereiro de 2013, com o objetivo de refletir a redução das tarifas de geração e transmissão e também pelos eventuais efeitos da realocação das quotas de energia das geradoras que tiverem os seus contratos prorrogados.

Para as concessionárias de geração, conforme Lei nº 12.783/2013, a renovação das concessões está condicionada à aceitação dos seguintes critérios: mudança do sistema de precificação, passando do sistema de preços, para o sistema de receita permitida, com revisões periódicas; e alocação de toda garantia física de energia e potência das Usinas alcançadas pela Lei nº 12.783/2013, em regime de cotas, para as Distribuidoras (Ambiente de Contratação Regulado – ACR).

Ademais, a Lei nº 12.783/2013 estabelece que quando da renovação as concessões de distribuição, geração e transmissão haverá indenização dos ativos residuais pelo Valor Novo de Reposição – VNR. Os investimentos futuros deverão ser submetidos previamente à aprovação do agente regulador.

b) Decreto nº 7.945/13 – Aporte CDE

Em função das condições hidro energéticas desfavoráveis no final de 2012 e início de 2013, entre eles os baixos níveis nos reservatórios das usinas hidrelétricas, o despacho das usinas térmicas estava direcionado para o patamar máximo. Diante do exposto e considerando a exposição das concessionárias no mercado de curto prazo, decorrente principalmente da alocação das cotas de garantia física de energia e de potência e à revogação da autorização das usinas pela ANEEL, o custo de energia das distribuidoras teve um aumento expressivo em 2012 e início de 2013.

Devido a este cenário e considerando que as concessionárias de distribuição não têm gerência sobre esses custos, o governo brasileiro emitiu, em 07 de março de 2013, o Decreto nº 7.945, que promoveu algumas alterações sobre a contratação de energia e os objetivos do encargo setorial Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

Com relação à contratação de energia, o Decreto nº 7.945 (i) reduziu o prazo mínimo de três para um ano, contado a partir do início do suprimento de energia, de contratos de comercialização de energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes e (ii) aumentou o repasse dos custos de aquisição de energia elétrica pelas distribuidoras para os consumidores finais de cento e três para cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

Com relação aos objetivos da CDE, o Decreto alterou os mesmos, e instituiu o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição dos custos relacionados abaixo:

- i. A exposição ao mercado de curto prazo das usinas hidrelétricas contratadas em regime de cotas de garantia física de energia e de potência, por insuficiência de geração alocada no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE (Risco Hidrológico);

- ii. A exposição no mercado de curto prazo das distribuidoras, por insuficiência de lastro contratual em relação à carga realizada, relativa ao montante de reposição não recontratado em função da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica (Exposição Involuntária);
- iii. O custo adicional relativo ao acionamento de usinas termelétricas fora da ordem de mérito por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE (ESS – Segurança Energética); e
- iv. O valor integral ou parcial do saldo positivo acumulado pela Conta de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA, relativo ao encargo de serviço do sistema e à energia comprada para revenda (CVA ESS e Energia).

Para os itens (i), (ii) e (iii), a Companhia registrou, de acordo com o CPC 07/IAS 20 – Subvenção e Assistência Governamentais, o montante de R\$178.482, registrado em Custo com Energia Elétrica na Rubrica Encargos de Uso da Rede e Energia de Curto Prazo. Para o item (iv), no processo de Revisão Tarifária da Celesc D, por meio da Resolução Homologatória nº 1.574, de 30 de julho de 2013, a ANEEL concedeu cobertura do resultado positivo das Contas de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA apurados sobre a energia comprada e do encargo de ESS, no montante de R\$569.507. Este valor foi registrado a crédito do Custo com Energia Elétrica na rubrica Recuperação de Despesas.

c) Resolução Homologatória nº 1.574/13 - Subvenção e Repasse da CDE

A ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 1.574, de 30 de julho de 2013, homologou o repasse pela Eletrobras à Celesc D, no período de competência de dezembro de 2013 a julho de 2014, até o 10º dia útil do mês subsequente, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no valor mensal de R\$31.801.

Valor Mensal da Subvenção da CDE para custear descontos tarifários	
Subsídio Carga Fonte Incentivada	4.911
Subsídio Geração Fonte Incentivada	850
Subsídio Distribuição	15.210
Subsídio Água, Esgoto e Saneamento	963
Subsídio Rural	9.675
Subsídio Irrigante/Aquicultor	192
Total	31.801

d) Celesc Distribuição S.A.

Em 22 de julho de 1999, a Celesc D assinou o Contrato de concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 56, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica.

A referida concessão tem prazo de vigência até 07 de julho de 2015. A concessão da Celesc D não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados. Conforme o contrato de concessão, ao término do prazo de vigência, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL e apurados por auditoria do próprio órgão regulador.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC01 – Contratos de concessão foram integralmente atendidas, a Administração da Celesc D concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo indenizável e ativo intangível. O reajuste tarifário ocorre no dia 07 de agosto de cada ano e a revisão tarifária periódica a cada quatro anos.

A Celesc D, em atendimento às disposições da legislação, manifestou em 18 de setembro de 2012 seu pedido de prorrogação de sua concessão pelo prazo de 30 anos, a partir de julho de 2015. As condições de prorrogação só serão conhecidas quando o poder concedente divulgar a minuta do termo aditivo ao contrato de concessão.

Com a redução da tarifa em função da Lei nº 12.783/2013 não se espera trazer impactos relevantes para o segmento de distribuição, tendo em vista que as alterações afetarão somente o custo de compra e transporte de energia e encargos setoriais que são totalmente repassados ao consumidor por meio da tarifa.

e) Celesc Geração S.A.

A controlada Celesc G, conforme definido no contrato de concessão ANEEL nº 55, de 22 de julho de 1999, na sua cláusula segunda possui as seguintes concessões para geração de energia elétrica:

Central Geradora	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Data de Vencimento da Concessão
Palmeiras – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	24,6	07/11/2016
Bracinho – Rio Bracinho	Schroeder/SC	15,0	07/11/2016
Garcia – Rio Garcia	Angelina/SC	8,9	07/07/2015
Cedros – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,4	07/11/2016
Salto – Rio Itajaí-Açu	Blumenau/SC	6,3	07/11/2016
Celso Ramos – Rio Chapecozinho	Faxinal do Guedes/SC	5,4	22/11/2021
Pery – Rio Canoas	Curitibanos/SC	30,0	09/07/2017
Caveiras – Rio Caveiras	Lages/SC	3,8	10/07/2018
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz	Campos Novos/SC	2,6	07/07/2015
Pirai – Rio Pirai	Joinville/SC	0,8	(i)
São Lourenço – Rio São Lourenço	Mafra/SC	0,4	(i)
Rio do Peixe – Rio do Peixe	Videira/SC	0,5	(i)
Total da Capacidade Instalada		106,7	

(i) Centrais geradoras que não possuem prazo determinado de concessão.

Conforme requerido pela MP nº 579/2012 foi protocolado pedido de prorrogação de concessão em 15 de outubro de 2012 das Pequenas Centrais Elétricas – PCHs afetadas pela referida MP:

Central Geradora	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Data de Vencimento da Concessão
Palmeiras – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	24,6	07/11/2016
Bracinho – Rio Bracinho	Schroeder/SC	15,0	07/11/2016
Garcia – Rio Garcia	Angelina/SC	8,9	07/07/2015
Cedros – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,4	07/11/2016
Salto – Rio Itajaí-Açu	Blumenau/SC	6,3	07/11/2016
Pery – Rio Canoas	Curitibanos/SC	30,0	09/07/2017
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz	Campos Novos/SC	2,6	07/07/2015
Total da Capacidade Instalada		95,8	

Conforme definido no Decreto Presidencial – DP nº 7.805 de 14 de setembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia – MME divulgou em 1º de novembro de 2012 por meio da Portaria nº 578 de 31 de outubro de 2012, os valores das tarifas de geração de energia aplicáveis aos contratos acima e, por meio da Portaria Interministerial MME – MF nº 580, de 1º de novembro de 2012 os valores das indenizações, bem como disponibilizando à Celesc G os novos termos aditivos dos contratos de concessão.

Em 06 de novembro de 2012, a Celesc G tomou conhecimento, por meio da divulgação das Notas Técnicas da metodologia utilizada para definição dos valores de tarifas iniciais de geração e dos valores de indenização a serem pagos aos concessionários de geração, e que subsidiaram, respectivamente, a Portaria MME nº 578, de 31 de outubro de 2012, e a Portaria Interministerial MME – MF nº 580/2012.

O MME, por meio da Portaria nº 578/2012, definiu as tarifas iniciais para as usinas hidrelétricas enquadradas na MP nº 579/12, com base no valor do Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG, incluindo os custos de operação, manutenção e administração, entre outros.

No quadro abaixo seguem as tarifas divulgadas pelo poder concedente para os empreendimentos da Celesc G:

Central Geradora	Localidade	Potência para efeito de definição do GAG (MW)	Tarifa (R\$/kW ano)
Palmeiras – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	24,6	120,87788
Bracinho – Rio Bracinho	Schroeder/SC	15,0	130,44562
Garcia – Rio Garcia	Angelina/SC	8,9	172,65642
Cedros – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,4	192,37890
Salto – Rio Itajaí-Açu	Blumenau/SC	6,3	192,48094
Pery – Rio Canoas	Curitibanos/SC	30,0	217,58880
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz	Campos Novos/SC	2,60	226,23572

Para os empreendimentos acima o poder concedente não considerou direito a indenização, com exceção da PCH Pery, o qual foi definido uma indenização de R\$98,5 milhões. Essas usinas representam 89,74% da potência instalada da Celesc G e possuem parte da sua energia contratada em Ambiente de Comercialização Livre – ACL após 2012.

A Administração em 2012 analisou as condições estabelecidas para a prorrogação do prazo de concessão, bem como, os potenciais efeitos econômico-financeiros e os efeitos tributários sobre os valores da indenização e das tarifas, e ainda, realizou diversos estudos internos, a fim de concluir sobre a não antecipação do prazo de concessão. Por meio de Reunião Extraordinária realizada em 22 de novembro de 2012 o Conselho de Administração acompanhando o entendimento da Diretoria Executiva deliberou pela não adesão aos termos de renovação antecipada das concessões das usinas da Celesc G com base na MP nº 579/12, entretanto, por causa de Ação Ordinária da Usina Pery, a Empresa ainda não oficializou a resposta ao MME sobre a não antecipação das demais usinas abrangidas pela MP.

Foi excluída da decisão a Usina Pery com questionamento pela Ação Ordinária com pedido de liminar na Justiça Federal, com objetivo de discutir o mérito relativo ao direito de prorrogação da concessão pelos 20 anos, conforme previsto no Artigo nº 26, §7º da Lei Federal nº 9.247, de 26 de dezembro de 1996, ou alternativamente, a prorrogação pelo regime híbrido, recomendado pela ANEEL, sendo o pedido acolhido e havendo suspensão do prazo de assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. A União recorreu desta decisão por meio de Agravo de Instrumento cujo pedido de efeito suspensivo foi negado no Tribunal Regional Federal – TRF da 4ª Região (Porto Alegre).

Em 17 de fevereiro de 2014, ocorreu decisão favorável proferida pelo Vice-Presidente do TRF-4 nos autos da Ação Cautelar interposta pela Celesc G, deferindo o efeito suspensivo aos Recursos Especial e Extraordinário, suspendendo o prazo de assinatura do 4º termo aditivo ao contrato de concessão nº 055/99 até o julgamento dos Recursos Excepcionais pelo Supremo Tribunal de Justiça – STJ e Supremo Tribunal Federal – STF.

Em 2012 foi lançada nova chamada pública para seleção de parceiros e projetos na área de geração de energia, contemplando outras fontes como: eólica, biomassa e térmicas, com a perspectiva de firmar parcerias em 2013, visando atender as diretrizes do plano diretor do grupo, cuja meta é atingir 1.000 MW em empreendimentos de geração até 2030.

Em 11 de julho de 2013, o contrato de concessão nº 006/2013, celebrado entre a Celesc G e a União, por intermédio da ANEEL, tem como objeto regular a exploração dos potenciais de energia hidráulica, por meio das centrais geradoras e instalações de transmissão de interesse restrito – PCH. A Celesc G deve recolher quota mensal de Uso de Bem Público – UBP, a partir de 15 de agosto de 2013, por um prazo de 60 meses ou até o final da concessão de cada PCH à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras.

O contrato de concessão firmado estabelece, dentre outros, o seguinte: pelo uso do bem público a Companhia pagará à União, pelo prazo de 5 anos contados da assinatura do contrato parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto, atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, tendo como base o índice relativo ao mês anterior ao da publicação do ato administrativo que aprovou a modificação do regime de

exploração da concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

A contrapartida dessa obrigação está registrada no ativo intangível e será amortizada pelo mesmo período de vigência da obrigação. A amortização mensal é de R\$130,3. A estimativa dos fluxos de caixa para mensuração da UBP é decorrente da utilização da taxa de desconto definida pela Administração.

PCHs	Valor das Parcelas UBP	Concessão até
Garcia	22,5	07/07/2015
Ivo Silveira	6,0	07/07/2015
Cedros	21,4	07/11/2016
Salto	16,7	07/11/2016
Bracinho	25,3	07/11/2016
Pery	52,3	09/07/2017
Celso Ramos	12,0	22/11/2021

f) Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS

A controlada em conjunto SCGÁS, possui contrato de concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado de Santa Catarina, firmado em 28 de março de 1994, com prazo de vigência de 50 anos.

g) Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE

A controlada em conjunto ECTE, detém contrato de concessão de transmissão de energia elétrica datado de 1º de novembro de 2000 com prazo de vigência de 30 anos.

2. Base de Preparação

2.1. Declaração de Conformidade

a) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e conforme as normas internacionais de relatório financeiro – *International Financial Reporting Standards – IFRS*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

b) Demonstrações Financeiras Individuais

As Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são divulgadas em conjunto com as Demonstrações Financeiras Consolidadas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC, os quais foram aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, normativos complementares emitidos pela CVM e dispositivos da legislação societária.

As Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso do Grupo, essas práticas diferem das *IFRS* aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de *IFRS* seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da companhia controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de Demonstrações Financeiras.

A presente demonstração foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de março de 2014, conforme estabelecem os artigos 17 e 18 da Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, nº 505, de 19 de junho de 2006.

2.2. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor exceto para ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida com o resultado do exercício.

A preparação de Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Financeiras Consolidadas, estão divulgadas a seguir.

2.2.1 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras Individual e Consolidada estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do Grupo, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

2.2.2 Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de Ativos e Passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir.

a) Valor Justo de Outros Instrumentos Financeiros

O valor justo de outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo utiliza seu julgamento para escolher, dentre diversos métodos, o mais adequado, a partir do qual são definidas premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

b) Benefícios de Planos de Pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Grupo determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão.

Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 23.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Grupo reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

d) Contingências

O Grupo atualmente está envolvido em diversas ações de natureza tributária, trabalhista, cível e regulatória, como descrito na Nota 22. Provisões são reconhecidas para os casos que representem perdas prováveis (o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o seu valor possa ser estimado com segurança). A probabilidade de perda é avaliada baseada nas evidências disponíveis, incluindo a avaliação de advogados externos.

e) Impairment de Ativos Não Financeiros

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades do Grupo é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

f) Uso do Bem Público – UBP

São os valores contratados relativos ao direito do uso de bem público para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria da Companhia.

A obrigação está registrada no passivo circulante e não circulante, segregada dos encargos financeiros e a despesa financeira e a amortização são reconhecidos no resultado.

2.2.3 Pronunciamentos Aplicáveis ao Grupo a partir de 01 de janeiro de 2013 – Novas Normas, Alterações e Interpretações do IFRS, adotadas nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 2012 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu, dentre outros, os seguintes pronunciamentos que afetam as atividades da Companhia em 2013:

- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.
- CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.
- CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto.

Esses pronunciamentos contábeis, aprovados pela CVM em 2012, passaram a ter sua aplicação requerida para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2013 e determinam que empreendimentos controlados em conjunto sejam registrados nas Demonstrações Financeiras da Companhia pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP.

As características e essência econômica da participação da Companhia caracterizam empreendimentos controlados em conjunto das investidas elencadas no quadro a seguir. Com a adoção desses novos pronunciamentos contábeis no primeiro trimestre de 2013 a Companhia deixou de consolidar proporcionalmente esses investimentos.

Controladas em Conjunto:

Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE
Campo Belo Energética S.A. (Campo Belo)
Painel Energética S.A. (Painel)
Rondinha Energética S.A. (Rondinha)
Companhia Energética Rio das Flores (Rio das Flores)
Xavantina Energética (Xavantina)
Bandeirante Energética (Bandeirante)

As informações financeiras da Companhia a partir do primeiro trimestre de 2013 apresentam a posição financeira e patrimonial, reconhecendo o resultado desses investimentos por meio de equivalência patrimonial. Além disso, para fins de comparação, as informações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2012 também reconhecem o resultado desses investimentos por meio de equivalência patrimonial.

Outra nova norma aplicada a partir de 01 de janeiro de 2013 foi o CPC 33 (R1) e IAS 19 – Benefícios a Empregados. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido.

A aplicação destas novas normas alterou os saldos do Balanço Patrimonial consolidado da Companhia de 1º de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2012. Alterou também os saldos das Demonstrações de Resultado, Fluxo de Caixa e Valor Adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, que serviram de base para comparação com os mesmos demonstrativos que são apresentados em 31 de dezembro de 2013.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 01 de janeiro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Consolidado			
	01/01/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	01/01/2012 Ajustado
Circulante				
Caixa e Equivalente de Caixa	442.495	-	(13.741)	428.754
Títulos e Valores Mobiliários	15.062	-	-	15.062
Contas a Receber de Clientes	858.809	-	(8.509)	850.300
Estoques	20.510	-	(1.203)	19.307
Tributos a Recuperar ou Compensar	73.337	-	(899)	72.438
Dividendos a Receber	2.215	-	1.864	4.079
Ativo Indenizatório (Concessão)	20.303	-	(20.303)	-
Outras Contas a Receber	39.460	-	(1.938)	37.522
	1.472.191	-	(44.729)	1.427.462
Não Circulante				
Títulos e Valores Mobiliários	133.013	-	-	133.013
Contas a Receber de Clientes	121.430	-	(54)	121.376
Outros Créditos com Partes Relacionadas	64.888	-	-	64.888
Tributos Diferidos	342.560	(56.439)	(463)	285.658
Tributos a Recuperar ou Compensar	13.697	-	-	13.697
Depósitos Judiciais	147.178	-	(222)	146.956
Ativo Indenizatório (Concessão)	1.987.103	-	(43.163)	1.943.940
Outras Contas a Receber	4.838	-	(3.408)	1.430
Investimentos em Controladas e Coligadas	25.844	-	129.150	154.994
Intangível	616.381	-	(81.494)	534.887
Imobilizado	370.105	-	(18.277)	351.828
	3.827.037	(56.439)	(17.931)	3.752.667
Ativo Total	5.299.228	(56.439)	(62.660)	5.180.129

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 01 de janeiro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

				Consolidado
Passivo e Patrimônio Líquido	01/01/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	01/01/2012 Ajustado
Circulante				
Fornecedores	433.503	-	(18.980)	414.523
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	241.298	-	(6.136)	235.162
Salários e Encargos Sociais	120.632	-	(1.257)	119.375
Tributos e Contribuições Sociais	129.800	-	(6.585)	123.215
Dividendos Propostos	72.048	-	-	72.048
Taxas Regulamentares	174.941	-	(684)	174.257
Outros Passivos de Partes Relacionadas	18.113	-	-	18.113
Passivo Atuarial	115.908	-	-	115.908
Outros Passivos	19.177	-	(239)	18.938
	1.325.420	-	(33.881)	1.291.539
Não Circulante				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	129.800	-	(21.870)	107.930
Tributos e Contribuições Sociais	1.207	-	-	1.207
Tributos Diferidos	78.140	-	(5.751)	72.389
Taxas Regulamentares	147.841	-	-	147.841
Provisões para Contingências	489.207	-	(345)	488.862
Passivo Atuarial	949.795	(165.998)	-	783.797
Outros Passivos	3.287	-	(813)	2.474
	1.799.277	(165.998)	(28.779)	1.604.500
Patrimônio Líquido				
Capital Social	1.017.700	-	-	1.017.700
Reservas de Capital	316	-	-	316
Reservas de Lucros	1.001.394	-	-	1.001.394
Ajuste de Avaliação Patrimonial	139.736	109.559	-	249.295
Dividendos Adicionais a Distribuir	15.385	-	-	15.385
	2.174.531	109.559	-	2.284.090
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	5.299.228	(56.439)	(62.660)	5.180.129

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado			
Ativo	31/12/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	31/12/2012 Ajustado
Circulante				
Caixa e Equivalente de Caixa	199.865	-	(27.125)	172.740
Títulos e Valores Mobiliários	16.343	-	-	16.343
Contas a Receber de Clientes	999.436	-	(9.072)	990.364
Estoques	15.993	-	(1.234)	14.759
Tributos a Recuperar ou Compensar	92.432	-	(339)	92.093
Dividendos a Receber	77	-	960	1.037
Ativo Indenizatório (Concessão)	22.147	-	(22.147)	-
Outras Contas a Receber	28.180	-	(3.479)	24.701
	1.374.473	-	(62.436)	1.312.037
Não Circulante				
Títulos e Valores Mobiliários	55.198	-	-	55.198
Contas a Receber de Clientes	102.764	-	(2.322)	100.442
Outros Créditos com Partes Relacionadas	36.472	-	-	36.472
Tributos Diferidos	431.130	63.594	(549)	494.175
Tributos a Recuperar ou Compensar	14.060	-	-	14.060
Depósitos Judiciais	139.910	-	(287)	139.623
Ativo Indenizatório (Concessão)	2.435.306	-	(44.632)	2.390.674
Outras Contas a Receber	7.114	-	(5.091)	2.023
Investimentos em Controladas e Coligadas	32.535	-	135.527	168.062
Intangível	467.092	-	(91.895)	375.197
Imobilizado	273.194	-	(17.901)	255.293
	3.994.775	63.594	(27.150)	4.031.219
Ativo Total	5.369.248	63.594	(89.5868)	5.343.256

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

				Consolidado
Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	31/12/2012 Ajustado
Circulante				
Fornecedores	721.331	-	(18.050)	703.281
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	88.165	-	(7.101)	81.064
Salários e Encargos Sociais	116.471	-	(1.044)	115.427
Tributos e Contribuições Sociais	95.441	-	(5.716)	89.725
Dividendos Propostos	580	-	(154)	426
Taxas Regulamentares	123.700	-	(809)	122.891
Outros Passivos de Partes Relacionadas	14.538	-	-	14.538
Passivo Atuarial	130.960	-	-	130.960
Outros Passivos	48.823	68	(1.505)	47.386
	1.340.009	68	(34.379)	1.305.698
Não Circulante				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	300.654	-	(43.608)	257.046
Salários e Encargos Sociais	41	-	-	41
Tributos Diferidos	38.239	-	(9.835)	28.404
Taxas Regulamentares	189.184	-	-	189.184
Provisões para Contingências	426.645	-	-	426.645
Passivo Atuarial	1.169.457	186.973	-	1.356.430
Outros Passivos	4.239	-	(1.764)	2.475
	2.128.459	186.973	(55.207)	2.260.225
Patrimônio Líquido				
Capital Social	1.017.700	-	-	1.017.700
Reservas de Capital	316	-	-	316
Reservas de Lucros	745.892	2.641	-	748.533
Ajuste de Avaliação Patrimonial	136.872	(126.088)	-	10.784
	1.900.780	(123.447)	-	1.777.333
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	5.369.248	63.594	(89.586)	5.343.256

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 01 de janeiro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

				Controladora
Ativo	01/01/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	01/01/2012 Ajustado
Não Circulante				
Investimentos	1.932.273	109.559	-	2.041.832

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 01 de janeiro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

				Controladora
Passivo e Patrimônio Líquido	01/01/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	01/01/2012 Ajustado
Patrimônio Líquido				
Capital Social	1.017.700	-	-	1.017.700
Reservas de Capital	316	-	-	316
Reservas de Lucros	1.001.394	-	-	1.001.394
Ajuste de Avaliação Patrimonial	139.736	109.559	-	249.295
Dividendos Adicionais a Distribuir	15.385	-	-	15.385
	2.174.531	109.559	-	2.284.090

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

				Controladora
Ativo	31/12/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	31/12/2012 Ajustado
Não Circulante				
Investimentos	1.738.781	(123.447)	-	1.615.334

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

				Controladora
Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	31/12/2012 Ajustado
Patrimônio Líquido				
Capital Social	1.017.700	-	-	1.017.700
Reservas de Capital	316	-	-	316
Reservas de Lucros	745.892	2.641	-	748.533
Ajuste de Avaliação Patrimonial	136.872	(126.088)	-	10.784
	1.900.780	(123.447)	-	1.777.333

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Em 31 de dezembro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

				Consolidado
	31/12/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	31/12/2012 Ajustado
Receita	4.545.214	-	(130.235)	4.414.979
Receita de Venda de Bens e Serviços	4.200.847	-	(123.925)	4.076.922
Receita de Construção	344.367	-	(6.310)	338.057
Custos	(4.101.209)	-	98.572	(4.002.637)
Custo das Vendas e Serviços	(3.756.842)	-	92.262	(3.664.580)
Custo de Construção	(344.367)	-	6.310	(338.057)
Lucro Bruto	444.005	-	(31.663)	412.342
Despesa com Vendas	(216.714)	-	1.157	(215.557)
Despesas Gerais e Administrativas	(613.053)	4.002	7.119	(601.932)
Outras Despesas Operacionais	(121.597)	-	325	(121.272)
Resultado de Equivalência Patrimonial	8.149	-	13.473	21.622
Resultado Operacional	(499.210)	4.002	(9.589)	(504.797)
Receitas Financeiras	280.089	-	475	280.564
Despesas Financeiras	(151.687)	-	1.343	(150.344)
Resultado Financeiro	128.402	-	1.818	130.220
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(370.808)	4.002	(7.771)	(374.577)
Corrente	(18.890)	-	6.569	(12.321)
Diferido	131.332	(1.361)	1.202	131.173
Prejuízo do Exercício	(258.366)	2.641	-	(255.725)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

Em 31 de dezembro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

Descrição	Consolidado		
	31/12/2012	Ajustes CPC 18, CPC 19 e CPC 33	31/12/2012 Ajustado
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	160.412	19.085	179.497
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	(340.107)	(33.772)	(373.879)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamentos	(62.935)	1.303	(61.632)
Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(242.630)	(13.384)	(256.014)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	442.495	(13.741)	428.754
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	199.865	(27.125)	172.740
Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(242.630)	(13.384)	(256.014)

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Em 31 de dezembro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		
	31/12/2012	Ajustes CPC 18, CPC 19 e CPC 33	31/12/2012 Ajustado
Receitas			
Vendas Brutas de Produtos e Serviços	6.726.057	(152.579)	6.573.478
Receita de Construção	344.367	(6.310)	338.057
Perdas Recuperáveis com Clientes - (Reversão/Constituição)	(93.058)	(4.621)	(97.679)
Insumos Adquiridos de Terceiros			
Custo dos Serviços Prestados	(3.291.456)	71.642	(3.219.814)
Custo de Construção	(344.367)	6.310	(338.057)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros Operacionais	(322.587)	237.839	(84.748)
Outros	(77.815)	(123.840)	(201.655)
Valor Adicionado Bruto	2.941.141	28.441	2.969.582
Depreciação, Amortização e Exaustão	(165.894)	5.962	(159.932)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	2.775.247	34.403	2.809.650
Valor Adicionado Recebido em Transferência			
Resultado de Equivalência Patrimonial	8.149	13.473	21.622
Receitas Financeiras	280.089	475	280.564
Valor Adicionado Total a Distribuir	3.063.485	48.351	3.111.836
Distribuição do Valor Adicionado			
Pessoal e Encargos	(728.847)	(156.607)	(885.454)
Impostos, Taxas e Contribuições	(2.519.132)	117.130	(2.402.002)
Remuneração de Capitais de Terceiros	(73.872)	(6.233)	(80.105)
Lucro/Prejuízo Retido do Exercício	258.366	(2.641)	255.725
	(3.063.485)	(48.351)	(3.111.836)

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas são igualmente aplicáveis às Demonstrações Financeiras da Controladora, com exceção do descrito na Nota 2.1 “b”.

3.1. Base de Consolidação

As seguintes políticas contábeis foram aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras consolidadas.

a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso pode significar que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

b) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas e *joint ventures* são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

As informações financeiras consolidadas a partir do primeiro trimestre de 2013 apresentam a posição financeira e patrimonial, reconhecendo o resultado desses investimentos por meio de equivalência patrimonial. Além disso, para fins de comparação, as informações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2012 também reconhecem o resultado desses investimentos por meio de equivalência patrimonial.

3.2. Apresentação de Informação por Segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido à Diretoria-Executiva, que é o órgão principal na tomada de decisões operacionais, pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas do Grupo (Nota 26).

3.3. Conversão de Moeda Estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

3.4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.5. Instrumentos Financeiros não Derivativos

3.5.1. Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mantidos para negociação ativa e frequente e classificados como ativos circulantes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações de ativos financeiros mensurados ao valor justo são apresentados, na demonstração do resultado na rubrica "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

b) Empréstimos e Recebíveis

Fazem parte dessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis classificados como ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, classificados como ativos não circulantes.

Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem empréstimos a coligadas; contas a receber de clientes; demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, pelo método da taxa de juros efetiva.

c) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

São considerados ativos financeiros disponíveis para venda os itens que não são classificados em nenhuma outra categoria. São incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. O grupo classifica como disponível para venda os recebíveis em virtude de indenização de infraestrutura originados nos contratos de concessão de serviços públicos de transmissão e distribuição de energia.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido.

3.5.2. Reconhecimento e Mensuração

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários e não-monetários classificados como disponíveis para venda são reconhecidas em ajuste de avaliação patrimonial.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda *impairment*, os ajustes acumulados do valor justo reconhecidos no patrimônio líquido são incluídos na demonstração do resultado como "resultado financeiro".

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Caso o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não registrados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções com o máximo de informações geradas pelo mercado e o mínimo de informações geradas pela administração da própria entidade.

Com essa análise a Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável.

Havendo evidência de perda cumulativa para os ativos financeiros disponíveis para venda, mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado, tal valor é retirado do patrimônio líquido e reconhecido na demonstração do resultado.

3.5.3. Compensação de Instrumentos Financeiros

Ativos e Passivos Financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5.4. *Impairment* de Ativos Financeiros

a) Ativos Mensurados ao Custo Amortizado

O Grupo avalia, no final de cada período, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente quando houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um evento de perda) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii) o grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O Grupo avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado consolidada.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

b) Ativos Classificados como Disponíveis para Venda

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos da dívida, o Grupo usa os critérios mencionados no item (a) acima para avaliar a evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado.

3.6. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo fornecimento e o suprimento de energia faturada e estimativa de energia fornecida não faturada no decurso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, que é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Tem-se como valor da perda estimada a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

No que se refere às contas a receber decorrentes de parcelamentos de créditos derivados da venda de energia, estas estão registradas acrescidas de encargos financeiros, calculados até a data da negociação conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Os valores vencidos estão deduzidos como provisão para perdas conhecidas ou estimadas.

3.7. Estoques

Os estoques são compostos por materiais destinados à manutenção das operações, contabilizados pelo custo médio das compras no ativo circulante e são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor.

3.8. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferidos

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os tributos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, estabelecendo provisões, quando apropriado, baseadas em valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos são reconhecidos utilizando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras. Entretanto, não ocorrerá sua contabilização se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afetou o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos são calculados com base na legislação tributária vigente na data do balanço devendo ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado.

O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos registrados no ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

3.9. Depósitos Judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

3.10. Imobilizado

O imobilizado compreende, principalmente, reservatórios, barragens, adutoras, edificações, obras civis e benfeitorias. É reconhecido inicialmente ao valor justo e posteriormente mantido ao seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- a) o custo de materiais e mão de obra direta;
- b) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- c) os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que existam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos será revertido. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais de imobilizado).

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. A depreciação inicia-se a partir da data em que são instalados e que estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Administração	Percentuais (%)
Prédios e Construções	4,0
Máquinas e Equipamentos	10,0
Outros	20,0

Geração	Percentuais (%)
Prédios e Construções	2,0 a 4,0
Máquinas e Equipamentos – Turbina Hidráulica	2,5
Máquinas e Equipamentos – Gerador	3,3
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,0

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.11. Intangíveis

Os intangíveis são demonstrados pelo custo combinado conforme abaixo:

- a) Os intangíveis são valorizados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos elegíveis. Dependendo da natureza do ativo e do tempo de sua aquisição, o custo se refere ao custo histórico de aquisição ou do seu montante anteriormente escriturado segundo as práticas brasileiras adotadas anteriores a adoção do ICPC 01.
- b) As obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica contemplam os pagamentos efetuados com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia e são registrados nas demonstrações financeiras como redutora dos ativos intangíveis.

3.11.1. Contratos de Concessões

As infraestruturas de distribuição de energia elétrica utilizadas pelo Grupo, sujeitas a acordos de concessão de serviço, são consideradas para ser controladas pelas entidades concedentes quando:

- a) a entidade concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem devem ser prestados e o seu preço;
- b) a entidade concedente controla, por meio da titularidade, usufruto ou de outra forma qualquer, participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo de concessão.

Os direitos sobre as infraestruturas, operadas sob regime de concessão são contabilizados como um ativo intangível quando o Grupo tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura, e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade de pagar pelos serviços do Grupo.

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura representam o custo do ativo intangível e é reconhecido como receita quando a infraestrutura é construída, desde que este trabalho gere benefícios econômico futuros.

Os ativos intangíveis de contratos de concessão são amortizados numa base linear durante o período do contrato ou vida útil do bem a que estiver atrelado, dos dois o menor.

3.11.2. Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível".

Anualmente é efetuada a identificação de indício de *impairment* do ágio e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas em períodos subsequentes.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa – UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

3.11.3. Programas de Computador – *softwares*

Licenças adquiridas de *softwares* são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 15.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- . É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- . A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.

- . O *software* pode ser vendido ou usado.
- . Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- . Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- . O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

3.11.4. Uso do Bem Público – UBP

São os valores contratados relativos ao direito do uso de bem público para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria da Companhia.

O UBP, instituído pela Lei Federal no 9.074, de 07 de julho de 1995 e alterações, é um fundo de propriedade da União constituído por recursos provenientes dos pagamentos pela concessão, ou autorização, outorgada a produtores independentes para geração de energia elétrica.

Para os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei no 10.848, de 15 de março de 2004 (novo marco regulatório), que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão.

3.12. Ativo Financeiro de Concessão – Indenizável

Refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber indenização diretamente pelo poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão.

É importante ressaltar que este não é um ativo financeiro como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que é derivado e intrinsecamente vinculado à infraestrutura existente da Companhia, suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório e no preço das *commodities* relacionadas à infraestrutura.

A partir de 2012, com o advento da MP nº 579/2012 (convertida na Lei nº 12.783/2013), o ativo financeiro de concessão de distribuição é mensurado pelo VNR (valor novo de reposição), o qual foi homologado pela ANEEL no 3º ciclo de revisão tarifária, finalizado em agosto de 2012.

Salienta-se que a revisão tarifária da Celesc D ocorre a cada quatro anos, e somente nessa data a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL através do VNR (valor novo de reposição) depreciado. Nos períodos entre as datas de Revisão Tarifária, a Administração atualiza o ativo financeiro, utilizando o critério determinado pela ANEEL para atualização da Base de Remuneração entre os períodos de revisão, ou seja, aplica o IGP-M como fator de atualização do valor justo da Base de Remuneração.

3.13. Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

O imobilizado e outros ativos não financeiros, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente, buscando identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, quando eventos ou alterações indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Nesse caso, o valor recuperável é calculado para verificar a ocorrência de perda. Havendo perda, ela é reconhecida no resultado pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Este procedimento não se aplica ao ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*).

3.14. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por fornecimento de energia, encargos de uso da rede elétrica, materiais e serviços adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas no valor da fatura correspondente.

3.15. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados, líquidos dos custos da transação, e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como Passivo Circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 (doze) meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.16. Debêntures

A emissão de Debêntures, não conversíveis em ações, destina-se exclusivamente para reforço de capital de giro e realização de Investimentos. As Debêntures são reconhecidas pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.17. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e que uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3.18. Benefícios a Empregados e Ex-empregados

a) Obrigações de Pensão

O Grupo tem planos de benefício definido. Os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano. A obrigação do benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Para os planos de contribuição definida, a Companhia paga contribuições a planos de pensão de administração pública ou privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

b) Outros Benefícios

A Companhia oferece aos seus empregados que já adquiriram o direito de se aposentar e aos seus pensionistas benefícios de plano de saúde. O direito a esses benefícios é concedido para o empregado que permanece trabalhando até a idade de aposentadoria. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

c) Benefícios de Rescisão

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o vínculo empregatício é encerrado pelo Grupo antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que um empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios, tais como: Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI, Programa de Demissão Voluntária – PDV, Plano Pecúlio (para todos os empregados na ativa e para os aposentados por invalidez), Auxílio Deficiente, Auxílio Funeral e Benefício Mínimo a Aposentadoria, o qual é pago sempre que o vínculo empregatício é encerrado antes da data normal de aposentadoria.

No caso de uma oferta efetuada para incentivar a demissão voluntária, os benefícios de rescisão são mensurados com base no número de empregados que, segundo se espera, aceitarão a oferta. Os benefícios que vencerem após 12 (doze) meses da data do balanço são descontados a valor presente.

d) Participação nos Lucros e Resultados – PLR

O reconhecimento dessa participação é provisionado mensalmente e, após o encerramento do exercício, o valor é corrigido conforme a efetiva realização das metas estabelecidas entre a Companhia e seus empregados. O Grupo reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

3.19. Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

3.20. Distribuição de Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

São reconhecidos como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Companhia. O Estatuto Social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro anual ajustado sejam distribuídos como dividendos; portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima. Valores acima do mínimo obrigatório, somente são provisionados quando aprovados em Assembleia Geral Ordinária – AGO pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido diretamente no resultado.

3.21. Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

3.22. Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento e suprimento de energia faturada, estimativa de energia fornecida e não faturada no curso normal das atividades do Grupo. É apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando:

- a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e
- c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a) Fornecimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita faturada e não faturada correspondente ao fornecimento de energia elétrica, assim como dos ajustes e adicionais específicos.

b) Disponibilidade da Rede Elétrica

São contabilizadas as receitas derivadas da disponibilização do sistema de distribuição pela própria Concessionária por meio de suas atividades.

c) Suprimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor, bem como dos ajustes e adicionais específicos.

d) Receita de Construção

Refere-se à contabilização da receita de construção de infraestrutura proveniente dos contratos de concessão do Grupo, a qual é reconhecida tomando como base a proporção do plano de investimento de cada concessionária.

Em virtude da terceirização dessa atividade com partes não relacionadas, o Grupo considera a margem de construção irrelevante, e, dessa forma, não a utiliza no reconhecimento da receita de construção.

e) Receita Financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda por *impairment* é identificada em relação a uma conta a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento.

Subsequentemente os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

f) Receita de Dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

3.23 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Os seguintes pronunciamentos foram adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013 e tiveram impactos materiais para o Grupo.

(i) CPC 19 (R2)/IFRS 11 - "Negócios em Conjunto" foca nos direitos e nas obrigações das partes em conjunto ao invés do formato legal. Existem dois tipos de negócios em conjunto: operações em conjunto (*joint operations*) e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). Operações em conjunto surgem onde os investidores têm direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. O operador em conjunto deve reconhecer seus ativos, passivos, receitas e despesas. Empreendimentos controlados em conjunto surgem quando os direitos são sobre os ativos líquidos do negócio e são reconhecidos com base no método de equivalência patrimonial. Consolidação proporcional não é mais permitida. Os impactos dessa adoção nas demonstrações financeiras estão divulgados na Nota 2.2.3.

- (ii) CPC 26 (R1)/IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis". A principal mudança para 2013 é o agrupamento dos itens apresentados na "Demonstração do resultado abrangente" com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado em momento subsequente.
- (iii) CPC 33 (R2)/IAS 19 - "Benefícios a Empregados". As seguintes mudanças ocorreram nas políticas contábeis do Grupo: o reconhecimento imediato dos custos de serviços passados, os quais são levados ao resultado do exercício independentemente de os benefícios terem sido adquiridos pelo empregado ou não; mensuração dos custos/ganhos financeiros sobre os passivos/ativos do plano de benefício definido em base líquida. Os impactos dessa mudança nas demonstrações financeiras estão divulgados na Nota 2.2.3.
- (iv) CPC 36 (R3)/IFRS 10 - "Demonstrações Consolidadas", baseia-se na identificação de controle como fator determinante para uma entidade ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. Os impactos dessa mudança nas demonstrações financeiras estão divulgados na Nota 2.2.3.
- (v) CPC 40(R1)/IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" - essa alteração inclui novos requisitos de divulgação sobre a compensação de ativos e passivos.
- (vi) CPC 45/IFRS 12 - "Divulgações de Participações em Outras Entidades" incluem os requerimentos de divulgação para todas as formas de participações em outras entidades, inclusive operações em conjunto, coligadas, entidades estruturadas e outros tipos entidades-veículo não registradas no balanço.
- (vii) CPC 46/IFRS 13 - "Mensuração do Valor Justo" tem por objetivo aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação.

3.24 Novas Normas e Interpretações

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo *IASB* mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo *IASB*, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC.

IFRIC 21 – "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

IFRS 9 – "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O *IFRS* 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

IAS 36 – “*Impairment de Ativos*”, exige a divulgação da quantia recuperável de um ativo ou UGC quando uma perda por *impairment* foi reconhecida ou revertida; e exige a divulgação detalhada de como o valor justo menos os custos de alienação foi calculado quando uma perda por *impairment* foi reconhecida ou revertida. A Administração está avaliando os impactos da adoção dessa norma. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

IAS 32 – “*Instrumentos Financeiros*”, as modificações não alteram o modelo de compensação do IAS 32, que exige que uma Companhia para compensar um ativo financeiro e passivo financeiro no balanço patrimonial somente o faça quando esta possui atualmente um direito legal de compensação e pretende liquidar o ativo e passivo em bases líquidas ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Administração está avaliando os impactos da adoção dessa norma. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Fatores de Risco Financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, de taxa de juros de valor justo, de taxa de juros de fluxo de caixa e de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

4.2. Risco de Mercado

4.2.1. Risco Cambial

Esse risco decorre da possibilidade de suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira.

A subsidiária Celesc D está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação (CVA) protege as empresas de eventuais perdas. Entretanto, esta compensação se realizará somente pelo consumo e consequente faturamento de energia ocorridos após o reajuste tarifário subsequente, no qual tenham sido contempladas tais perdas. O Decreto nº 7.945, de 07 de março de 2013, instituiu que o valor integral ou parcial do saldo positivo acumulado pela CVA, relativo ao Encargo de Serviço do Sistema e à energia comprada para revenda (CVA ESS e Energia), seria repassado com recurso da CDE, na ocasião do reajuste ou revisão tarifária.

4.2.2. Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo Associado com Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras do Grupo. O Grupo não tem pactuado contratos de derivativos para fazer face a este risco.

4.3. Risco de Crédito

Surge da possibilidade do Grupo incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores, o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

4.4. Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas áreas operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para o Grupo de Tesouraria. Este investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

Descrição	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Consolidado
			Acima de cinco anos
CDI (%)	7,8	-	-
Em 31 de dezembro de 2012 Reapresentado			
Empréstimos – Saldo Balanço	81.064	220.639	36.407
Empréstimos – Não descontados	84.193	266.645	53.173
Fornecedores	703.281	-	-
CDI ¹ (%)	10,64	-	-
Em 31 de dezembro de 2013			
Empréstimos – Saldo Balanço	199.686	150.905	28.048
Empréstimos – Não descontados	210.041	194.305	46.501
Debêntures - Saldo Balanço	4.631	198.691	99.711
Debêntures - Não descontado	4.871	255.834	165.312
Fornecedores	557.854	-	-

4.5. Riscos Operacionais

4.5.1. Risco Quanto à Escassez de Energia Elétrica

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva durante a estação úmida reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e a elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

4.5.2. Risco de Não Renovação das Concessões

O Grupo possui concessões para exploração dos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e distribuição de gás e tem a expectativa de que estas sejam prorrogadas pelo poder concedente. Em 18 de setembro de 2012 a Celesc D protocolou o pedido de prorrogação para a concessão do contrato nº 56/1999, conforme permitido pela MP nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. Dessa forma a Administração da Companhia considera remoto o risco de não prorrogação da concessão de Distribuição de Energia Elétrica.

Conforme descrito na Nota 1.1.1, para o contrato de concessão nº 55/1999 de geração de energia, a Companhia optou pela não renovação.

4.5.3. Análise de Sensibilidade Adicional Requerida pela CVM

Apresentamos a seguir quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando

¹ Curva de juros futuros – BM&F DI 1 FUT V13 – (fechamento 20/02/2014)

um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2013:

Premissas	Efeitos das Contas sobre o Resultado	Saldo	Cenário Provável		
			(Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI² (%)			10,64	13,30	15,96
	Aplicações Financeiras	615.489	65.488	81.860	98.232
	Contas a Receber Não Circulante	7.170	763	954	1.144
	(-) Debêntures	(303.033)	(32.243)	(40.303)	(48.364)
IGP-M³ (%)			5,53	6,91	8,29
	Ativo Indenizatório (Concessão)	2.367.854	130.942	163.619	196.295

4.6. Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo), subtraído do montante de Caixa e Equivalente de Caixa. O capital total é apurado por meio da soma do Patrimônio Líquido com a dívida líquida.

² Curva de juros futuros – BM&F DI 1 FUT K14 – (fechamento 20/02/2014)

³ IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado

Descrição	31 de dezembro 2013	Consolidado
		31 de dezembro 2012
Total dos Empréstimos	378.639	338.110
Debêntures	303.033	-
Menos: Caixa e Equivalentes de Caixa	(664.506)	(172.740)
Dívida Líquida	17.166	165.370
Total do Patrimônio Líquido	2.137.462	1.777.333
Total do Capital	2.154.628	1.942.703
Índice de Alavancagem Financeira (%)	0,80%	8,51%

4.7. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das Contas a Receber de Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos Passivos Financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

O Grupo aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, ou seja, como preços ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2013. O Grupo não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

Descrição	Nível 3	Consolidado
		Saldo total
Ativos		
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado		
Ações	121.226	121.226
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		
Ativo Indenizatório (Concessão)	2.682.713	2.682.713
Outros	217	217
Total do Ativo	2.804.156	2.804.156

A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2012. O Grupo não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

Descrição	Nível 1	Nível 3	Consolidado Saldo total
Ativos			
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado			
Títulos Públicos	16.343	-	16.343
Ações	-	54.981	54.981
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda			
Ativo Indenizatório (Concessão)	-	2.390.674	2.390.674
Outros	-	217	217
Total do Ativo	16.343	2.445.872	2.462.215

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir da Bolsa de Valores, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que está disponível e utilizando o mínimo possível das estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

5. Instrumentos Financeiros por Categoria

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 31 de dezembro de 2013.

Descrição	Consolidado				
	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Passivos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	Total
Ativo					
Caixa e Equivalentes	-	664.506	-	-	664.506
Ações	121.226	-	-	-	121.226
Ativo Indenizatório (Concessão)	-	-	2.682.713	-	2.682.713
Contas a Receber de Clientes	-	1.286.145	-	-	1.286.145
Outros	-	-	217	-	217
	121.226	1.950.651	2.682.930	-	4.754.807
Passivo					
Fornecedores	-	-	-	557.854	557.854
Empréstimos	-	-	-	378.639	378.639
Debêntures	-	-	-	303.033	303.033
	-	-	-	1.239.526	1.239.526

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 31 de dezembro de 2012.

Descrição	Consolidado				
	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Passivos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	Total
Ativo					
Caixa e Equivalentes	-	172.740	-	-	172.740
Títulos Públicos	16.343	-	-	-	16.343
Ações	54.981	-	-	-	54.981
Ativo Indenizatório (Concessão)	-	-	2.390.674	-	2.390.674
Contas a Receber de Clientes	-	1.565.058	-	-	1.565.058
Outros	-	-	217	-	217
	71.324	1.737.798	2.390.891	-	4.200.013
Passivo					
Fornecedores	-	-	-	703.281	703.281
Empréstimos	-	-	-	338.110	338.110
	-	-	-	1.041.391	1.041.391

6. Qualidade do Crédito dos Ativos Financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações interna de cessão de limites de crédito:

Descrição	31 de dezembro 2013	Consolidado
		31 de dezembro 2012 Reapresentado
Contas a Receber de Clientes		
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	634.820	911.371
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	117.217	143.932
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 90 dias	534.108	509.755
	1.286.145	1.565.058

Todos os demais ativos financeiros que o Grupo mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

7. Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

Descrição	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro 2013	31 de dezembro 2012 Reapresentado	31 de dezembro 2011 Reapresentado	31 de dezembro 2013	31 de dezembro 2012 Reapresentado	31 de dezembro 2011 Reapresentado
Recursos em Banco e em Caixa	2.741	1.216	192	49.017	47.852	25.371
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata ⁴	27.265	36.653	37.688	615.489	124.888	403.383
	30.006	37.869	37.880	664.506	172.740	428.754

O saldo de Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata que o Grupo obteve em 2013 é em função do recebimento da cobertura do resultado positivo das Contas de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA, no montante de R\$569.507, por meio da Resolução Homologatória nº 1.574, de 30 de julho de 2013.

8. Títulos e Valores Mobiliários

Os ativos não circulantes a valor justo por meio de resultado são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo e não são depreciados ou amortizados.

⁴ As Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a certificados de depósito bancários (CDBs), remunerados em média pela taxa de 100% da variação do CDI.

Descrição	Controladora			Consolidado		
	31 de	31 de	31 de	31 de	31 de	31 de
	dezembro	dezembro	dezembro	dezembro	dezembro	dezembro
	2013	2012 Reapresentado	2011 Reapresentado	2013	2012 Reapresentado	2011 Reapresentado
Valor Justo por Meio de Resultado						
Títulos Públicos	-	-	-	-	16.343	15.062
Ações Casan	121.226	54.981	132.796	121.226	54.981	132.796
Disponível para Venda						
Outros Investimentos	217	217	217	217	217	217
	121.443	55.198	133.013	121.443	71.541	148.075
Circulante	-	-	-	-	16.343	15.062
Não Circulante	121.443	55.198	133.013	121.443	55.198	133.013

8.1 Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

A Companhia possui 55.364.810 Ações Ordinárias – ON, e 55.363.250 Ações Preferenciais – PN, representando 15,48% do Capital Social da Casan. Por não possuir influência significativa na Casan a Companhia mensurou o valor justo de sua participação acionária.

Tendo em vista a Casan não possuir liquidez em suas ações negociadas em bolsa de valores, a Celesc decidiu estabelecer por meio de bases consistentes e aceitas pelo mercado, um novo critério de avaliação do referido investimento, adotando o método do fluxo de caixa descontado.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo da Casan com base nas informações econômico-financeiras da Casan. O custo histórico de aquisição das ações da Casan é de R\$110.716.

Em 2012, com base no fluxo de caixa descontado, foi reconhecido no resultado financeiro da Companhia a provisão com perdas do valor justo, no montante de R\$77.815, resultando no valor justo de R\$54.981 em 31 de dezembro de 2012.

Em 2013, após nova avaliação, foi apurado o valor justo de R\$121.226. Deste modo, a provisão para perdas reconhecida no resultado do exercício de 2012 foi revertida em R\$66.245.

9. Contas a Receber de Clientes

a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Consolidado						
Descrição	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31 de dezembro 2013	31 de dezembro 2012 Reapresentado	31 de dezembro 2011 Reapresentado
Consumidores						
Residencial	175.291	51.136	53.800	280.227	324.499	303.674
Industrial	190.223	30.019	347.545	567.787	642.486	632.369
Comércio, Serviços e Outros	127.855	19.468	61.740	209.063	227.233	197.599
Rural	28.980	4.259	7.464	40.703	44.039	41.224
Poder Público	20.991	4.667	32.486	58.144	62.919	62.266
Iluminação Pública	14.547	275	15.387	30.209	29.818	28.511
Serviço Público	10.979	164	983	12.126	12.615	10.919
	568.866	109.988	519.405	1.198.259	1.343.609	1.276.562
Suprimento a Outras Concessionárias						
Concessionárias e Permissionárias	33.984	2.670	1.922	38.576	55.495	55.997
Transações no âmbito da CCEE	37.593	-	-	37.593	150.653	-
Outros Créditos	(5.623)	4.559	12.781	11.717	15.301	20.372
	65.954	7.229	14.703	87.886	221.449	76.369
	634.820	117.217	534.108	1.286.145	1.565.058	1.352.931
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com Clientes (b)				(490.770)	(474.252)	(381.255)
				795.375	1.090.806	971.676
Circulante				788.205	990.364	850.300
Não Circulante				7.170	100.442	121.376

b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com Clientes

A composição, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado		
	31 de	31 de	31 de
	dezembro	dezembro	dezembro
	2013	2012	2011
		Reapresentado	Reapresentado
Consumidores			
Residencial	53.791	71.900	69.184
Industrial	184.940	189.293	196.261
Têxtil (b.2)	136.128	96.131	-
Comércio, Serviços e Outras	58.931	60.154	55.529
Rural	5.229	5.682	5.154
Poder Público	31.842	32.417	33.484
Iluminação Pública	14.397	13.779	13.209
Serviço Público	929	934	925
Concessionárias e Permissionárias	1.109	488	1.454
Outros	3.474	3.474	6.055
	490.770	474.252	381.255
Circulante	354.642	474.252	381.255
Não Circulante	136.128	-	-

b.1) Movimentação:

Descrição	Consolidado
	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2011	
Reapresentado	381.255
Provisão Constituída no Período	105.340
Baixas de Contas a Receber	(12.343)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	
Reapresentado	474.252
Provisão Constituída no Período	93.277
Baixas de Contas a Receber	(76.759)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	490.770

b.2) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com o Setor Têxtil

No ano de 2009 a Celesc Distribuição S.A. efetuou um plano de ação de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil entre elas Buettner S.A., Companhia Industrial Schlösser S.A., Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A, Têxtil RenauxView S.A. e TEKA – Tecelagem Kuehnrich.

Em 2011, a Buettner S.A. e a Companhia Industrial Schlösser S.A. entraram em recuperação judicial e com base na probabilidade de recuperação desses valores ser remota, a Celesc D provisionou o montante de R\$18.231 em 2011 e R\$16.888 em 2012, que representa a totalidade do crédito que a Celesc possui com essas empresas.

Em 2012, a Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A. também entrou em liquidação judicial, todavia apresentou plano de recuperação judicial. Em 15 de julho de 2013, o Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, Comarca de Brusque, Vara Comercial, decretou a falência da Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A.. Dessa forma, no terceiro trimestre de 2013, a Companhia registrou a perda no montante de R\$42.992.

Ainda em 2012, a Tecelagem Kuehnrich – TEKA deu entrada em um pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Blumenau, Santa Catarina. Tendo em vista o plano de recuperação ainda não ter sido aprovado e a probabilidade de recebimento do referido valor ser remota na avaliação da Administração, a Celesc D constituiu provisão da totalidade do parcelamento que a TEKA possui com a empresa no montante de R\$55.794.

Em relação à empresa Têxtil RenauxView S.A., a administração da Celesc D, considerando a inadimplência da dívida referente ao contrato de parcelamento, e em virtude da remota possibilidade de recebimento constituiu provisão da totalidade do valor a receber no montante de R\$45.215 em 2013.

10. Ativo Indenizatório – Concessão

Descrição	Consolidado		
	31 de	31 de	31 de
	dezembro	dezembro	dezembro
	2013	2012	2011
		Reapresentado	Reapresentado
Em Serviço	2.367.854	2.088.265	1.664.261
Ativo de Concessão — Distribuição de Energia (a)	2.367.854	2.088.265	1.664.261
Em Curso	314.859	302.409	279.679
Ativo de Concessão — Distribuição de Energia (a)	314.859	302.409	279.679
Total	2.682.713	2.390.674	1.943.940
Não Circulante	2.682.713	2.390.674	1.943.940

Os contratos de concessão de distribuição de energia elétrica do Grupo estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC12), que trata de contratos de concessões. Os ativos de concessão referem-se a créditos a receber do Poder Concedente (União), quando a Companhia possui direito incondicional de ser indenizada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenizações originadas nos contratos de concessão de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, pelos investimentos efetuados em infraestrutura e não recuperados por meio da tarifa. Estes ativos financeiros são classificados como “disponíveis para venda”.

a) Ativo de Concessão – Distribuição de Energia

	Ativo Indenizatório
Saldo em 31 de dezembro de 2011	
Reapresentado	1.943.940
Adições	283.441
Baixas	(33.352)
Transferências Provenientes do Intangível	40.379
Atualização (i)	154.266
Saldo em 31 de dezembro de 2012	
Reapresentado	2.390.674
Adições	261.093
Baixas	(33.116)
Atualização (i)	64.062
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.682.713

(i) A Companhia reconheceu em 2012 e 2013 os montantes de R\$154.266 e R\$64.062, respectivamente, referente à atualização do ativo financeiro de concessão de distribuição de energia elétrica pelo Valor Novo de Reposição – VNR.

11. Tributos a Recuperar ou Compensar

Descrição	Controladora			Consolidado		
	31 de	31 de	31 de	31 de	31 de	31 de
	dezembro	dezembro	dezembro	dezembro	dezembro	dezembro
	2013	2012 Reapresentado	2011 Reapresentado	2013	2012 Reapresentado	2011 Reapresentado
ICMS ⁵	-	-	-	45.223	47.753	46.556
PIS e COFINS ⁶	-	-	-	384	2.154	372
IRPJ e CSLL ⁷	6.875	2.573	14.210	61.144	53.730	37.406
Outros	101	262	-	2.624	2.516	1.801
	6.976	2.835	14.210	109.375	106.153	86.135
Circulante	6.976	2.835	14.210	98.957	92.093	72.438
Não Circulante	-	-	-	10.418	14.060	13.697

12. Transações com Partes Relacionadas

a) Transações e Saldos

Descrição	Controladora Outros Créditos de Partes Relacionadas
Em 31 de dezembro de 2011	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	4.262
Empréstimo para o Tesouro Estadual	9.532
SC Parcerias S.A.(ii)	51.094
	64.888
Em 31 de dezembro de 2012	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	4.262
SC Parcerias S.A.(ii)	32.210
	36.472
Em 31 de dezembro de 2013	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	4.262
SC Parcerias S.A.(ii)	10.929
	15.191

⁵ Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS

⁶ Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

⁷ Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

Descrição	Controladora
	Receitas Financeiras
Em 31 de dezembro de 2012	
Governo do Estado de SC	
Empréstimo para o Tesouro Estadual	324
SC Parcerias S.A.(ii)	5.274
	5.598
Em 31 de dezembro de 2013	
Governo do Estado de SC	
SC Parcerias S.A.(ii)	2.793
	2.793

Descrição	Consolidado			
	Tributos a Recolher	Tributos a Compensar	Contas Receber por Vendas	Outros Créditos de Partes Relacionadas
Em 31 de dezembro de 2011				
Governo do Estado de SC				
ICMS	47.607	46.556	-	-
Contas a Receber	-	-	7.673	-
Empréstimo para o Tesouro Estadual	-	-	-	9532
Rede Subterrânea (i)	-	-	-	4.262
SC Parcerias S.A.(ii)	-	-	-	51.094
Celos	-	-	-	-
	47.607	46.556	7.673	64.888
				18.113
				18.113
Em 31 de dezembro de 2012				
Governo do Estado de SC				
ICMS	45.005	47.753	-	-
Contas a Receber	-	-	8.710	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	-	4.262
SC Parcerias S.A.(ii)	-	-	-	32.210
Celos	-	-	-	-
	45.005	47.753	8.710	36.472
				14.538
				14.538
Em 31 de dezembro de 2013				
Governo do Estado de SC				
ICMS	82.559	45.223	-	-
Contas a Receber	-	-	5.806	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	-	4.262
SC Parcerias S.A.(ii)	-	-	-	10.929
Celos	-	-	-	-
	82.559	45.223	5.806	15.191
				14.263
				14.263

	Consolidado		
	Tributos - Deduções da Receita	Receita de Vendas	Receitas financeiras
Saldos em 31 de dezembro de 2012			
Reapresentado			
Governo do Estado de SC			
ICMS	1.342.341	-	-
Receita de Vendas	-	49.889	-
Empréstimo para o Tesouro Estadual	-	-	324
SC Parcerias S.A.(iii)	-	-	5.274
	1.342.341	49.889	5.598
Saldos em 31 de dezembro de 2013			
Governo do Estado de SC			
ICMS	1.151.904	-	-
Receita de Vendas	-	41.848	-
SC Parcerias S.A.(iii)	-	-	2.793
	1.151.904	41.848	2.793

(i) Rede Subterrânea

Em 1995, a Companhia firmou convênio de cooperação técnica com o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura de Florianópolis para implantação de rede subterrânea de energia elétrica no centro de Florianópolis.

O montante em aberto refere-se ao valor a ser repassado pelo Estado de Santa Catarina à Companhia e está em processo de negociação.

A Companhia está buscando junto ao Governo do Estado de Santa Catarina (Secretaria de Estado da Fazenda) alternativas para quitação do referido crédito.

(ii) SC Participações e Parcerias S.A. – SCPAR

De acordo com o Termo de Reconhecimento, Assunção e Parcelamento de Dívida firmado em 30 de abril de 2008, a dívida foi parcelada em 24 prestações mensais, cujas amortizações iniciaram em 31 de outubro de 2008.

Com a assinatura do 1º Aditivo ao Termo de Reconhecimento, Assunção e Parcelamento de Dívida em janeiro de 2011, o valor remanescente da dívida foi renegociado em 42 parcelas mensais com o primeiro pagamento em 31 de janeiro de 2011, sendo o saldo devedor corrigido à alíquota de 1% ao mês. Salientamos que as prestações referentes ao 1º Termo Aditivo estão sendo pagas regularmente pela SCPAR.

b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

A remuneração dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF e Diretoria Executiva – DE) está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro
	2013	2012 Reapresentado	2013	2012 Reapresentado
Administradores				
Honorários	5.000	4.901	5.001	5.414
Participação nos Lucros e/ou Resultados	-	-	-	309
Encargos Sociais	1.842	1.553	1.848	1.725
Outros	264	170	267	215
	7.106	6.624	7.116	7.663

13. Investimentos em Controladas e Coligadas

Descrição	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro
	2013	2012 Reapresentado	2011 Reapresentado	2013	2012 Reapresentado	2011 Reapresentado
Controladas						
Celesc D	1.538.756	1.219.509	1.594.003	-	-	-
Celesc G	275.639	247.966	306.345	-	-	-
	1.814.395	1.467.475	1.900.348	-	-	-
Controladas em Conjunto						
SCGÁS	82.179	78.876	77.293	82.179	78.876	77.293
ECTE	36.666	36.448	38.346	36.666	36.448	38.346
	118.845	115.324	115.639	118.845	115.324	115.639
Coligadas						
DFESA	30.958	32.535	25.845	30.958	32.535	25.845
SPEs ⁸	-	-	-	31.668	20.203	13.510
Cubatão	3.353	3.353	3.353	3.353	3.353	3.353
(-) Provisão para Perda em Investimento	(3.353)	(3.353)	(3.353)	(3.353)	(3.353)	(3.353)
	30.958	32.535	25.845	62.626	52.738	39.355
	1.964.198	1.615.334	2.041.832	181.471	168.062	154.994

a) Informações sobre Investimentos

⁸ Sociedade de Propósito Específico.

						Controladora
Descrição	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido Ajustado	Total de Ativos	Lucro/Prejuízo Líquido Ajustado
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante			
Em 31 de dezembro de 2013						
Celesc D	630.000	100%	100%	1.538.756	4.960.358	149.258
Celesc G	43.209	100%	100%	275.639	325.152	17.228
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	118.719	307.540	33.959
SCGÁS	45.476	17%	51%	222.159	370.923	31.424
Dfesa	153.382	23,03%	23,03%	134.423	350.545	38.914
Cubatão	1.600	40%	40%	1.645	5.620	(4)
Em 31 de dezembro de 2012						
Celesc D	630.000	100%	100%	1.219.509	4.729.287	(133.018)
Celesc G	43.209	100%	100%	247.966	292.821	(70.379)
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	118.013	303.362	40.574
SCGÁS	45.476	17%	51%	199.761	320.539	23.609
Dfesa	153.382	23,03%	23,03%	141.270	372.994	35.385
Cubatão	1.600	40%	40%	1.649	5.620	(7)
Em 31 de dezembro de 2011						
Celesc D	630.000	100%	100%	1.594.003	4.374.830	287.411
Celesc G	43.209	100%	100%	306.345	395.300	13.804
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	124.158	233.504	30.014
SCGÁS	45.476	17%	51%	176.147	311.553	43.988
Dfesa	153.382	23,03%	23,03%	112.215	370.508	34.532
Cubatão	1.600	40%	40%	1.656	5.530	(27)

						Consolidado
Descrição	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido Ajustado	Total de Ativos	Lucro/Prejuízo Líquido Ajustado
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante			
Em 31 de dezembro de 2013						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	118.719	307.540	33.959
SCGÁS	45.476	17%	51%	222.159	370.923	31.424
Dfesa	153.382	23,03%	23,03%	134.423	350.545	38.914
Cubatão	1.600	40%	40%	1.645	5.620	(4)
Rondinha Energética S.A.	21.125	32,50%	32,50%	60.667	76.473	(211)
Painel Energética S.A.	4.745	32,50%	32,50%	5.500	5.500	(23)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30%	30%	6.030	6.442	(49)
Cia Energética Rio das Flores	7.205	25%	25%	29.435	61.921	955
Xavantina Energética S.A.	162	40%	40%	2.490	2.531	-
Em 31 de dezembro de 2012						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	118.013	303.362	40.574
SCGÁS	45.476	17%	51%	199.761	320.539	23.609
Dfesa	153.382	23,03%	23,03%	141.270	372.994	35.385
Cubatão	1.600	40%	40%	1.649	5.620	(7)
Rondinha Energética S.A.	9.750	32,50%	32,50%	27.783	28.630	(314)
Painel Energética S.A.	4.745	32,50%	32,50%	5.408	5.457	(34)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30%	30%	4.015	6.648	(29)
Cia Energética Rio das Flores	5.930	25%	25%	24.712	52.532	171
Xavantina Energética S.A.	162	40%	40%	2.490	2.517	-
Em 31 de dezembro de 2011						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	124.158	233.504	30.014
SCGÁS	45.476	17%	51%	176.147	311.553	43.988
Dfesa	153.382	23,03%	23,03%	112.215	370.508	34.532
Cubatão	1.600	40%	40%	1.656	5.530	(27)
Rondinha Energética S.A.	21.125	32,50%	32,50%	11.254	11.699	(160)
Painel Energética S.A.	4.745	32,50%	32,50%	5.407	5.552	(15)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30%	30%	4.017	6.557	(15)
Cia Energética Rio das Flores	7.205	25%	25%	25.509	43.601	928
Xavantina Energética S.A.	162	40%	40%	2.490	2.528	-

b) Movimentação dos Investimentos

Descrição	Controladora				
	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.594.003	306.345	38.346	77.293	25.845
Reapresentado					
Integralizações	-	12.000	-	-	-
Dividendos e JCP ⁹ Creditados	(5.829)	-	(11.440)	(957)	(1.458)
Amortização Ágio	-	-	-	(1.471)	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	(133.018)	(70.379)	9.542	4.011	8.148
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	(235.647)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.219.509	247.966	36.448	78.876	32.535
Reapresentado					
Integralizações	-	16.000	-	-	-
Dividendos e JCP Creditados	(41.477)	(5.555)	(10.270)	(1.529)	(10.539)
Amortização Ágio	-	-	-	(1.468)	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	149.258	17.228	10.488	5.341	8.962
Reversão de Dividendos	-	-	-	959	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	211.466	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.538.756	275.639	36.666	82.179	30.958

Descrição	Consolidado			
	ECTE	SCGÁS	DFESA	SPEs
Saldos em 31 de dezembro de 2011	38.346	77.293	25.845	13.510
Reapresentado				
Integralizações	-	-	-	7.280
Dividendos e JCP Creditados	(11.440)	(957)	(1.458)	-
Amortização Ágio	-	(1.471)	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	9.542	4.011	8.148	(79)
Outros Ajustes	-	-	-	(508)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	36.448	78.876	32.535	20.203
Reapresentado				
Integralizações	-	-	-	12.545
Dividendos e JCP Creditados	(10.270)	(1.529)	(10.539)	-
Reversão de Dividendos	-	959	-	-
Amortização Ágio	-	(1.468)	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	10.488	5.341	8.962	148
Outros Ajustes	-	-	-	(1.228)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	36.666	82.179	30.958	31.668

O ágio gerado na aquisição da SCGÁS está sendo amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa (Nota 3.11.2).

⁹ Juros Sobre Capital Próprio

14. Imobilizado

a) Composição do saldo

Descrição	Consolidado						Total
	Terrenos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	20.036	168.362	5.671	41.792	400	115.567	351.828
Reapresentado							
Custo do Imobilizado	20.036	185.031	12.560	64.339	905	115.567	398.438
Provisão para Perdas	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação Acumulada	-	(16.669)	(6.889)	(22.547)	(505)	-	(46.610)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	20.036	168.362	5.671	41.792	400	115.567	351.828
Reapresentado							
Adições	-	-	-	-	15	34.685	34.700
Baixas	-	-	-	-	-	(1.033)	(1.033)
Depreciação	-	(2.628)	(301)	(3.273)	(160)	-	(6.362)
Provisão para Perdas	(10.834)	(89.072)	(2.880)	(20.922)	(132)	-	(123.840)
Transferência	-	(7)	452	998	209	(1.652)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	9.202	76.655	2.942	18.595	332	147.567	255.293
Reapresentado							
Custo do Imobilizado	20.036	185.024	13.012	65.337	1.129	147.567	432.105
Provisão para Perdas	(10.834)	(89.072)	(2.880)	(20.922)	(132)	-	(123.840)
Depreciação Acumulada	-	(19.297)	(7.190)	(25.820)	(665)	-	(52.972)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	9.202	76.655	2.942	18.595	332	147.567	255.293
Reapresentado							
Adições	-	-	-	2	-	11.326	11.328
Baixas	-	-	-	-	-	(623)	(623)
Depreciação	-	(38.585)	(1.462)	(9.600)	(168)	-	(49.815)
Reversão/Perda	(2.130)	(17.131)	(399)	(3.567)	4	-	(23.223)
Recuperabilidade de Ativos	-	-	-	-	-	-	-
Realização da Provisão para Perdas	-	22.202	814	5.103	50	-	28.169
Transferência	-	-	-	4	-	(4)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	7.072	43.141	1.895	10.537	218	158.266	221.129
Reapresentado							
Custo do Imobilizado	20.036	185.024	13.012	65.343	1.129	158.266	442.810
Provisão para Perdas	(12.964)	(84.001)	(2.465)	(19.386)	(78)	-	(118.894)
Depreciação Acumulada	-	(57.882)	(8.652)	(35.420)	(833)	-	(102.787)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	7.072	43.141	1.895	10.537	218	158.266	221.129

Em 2013 foi constituída Perda do Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*) no valor de R\$33,5 milhões e Reversão Valor Recuperável de Ativos no valor de R\$10,3 milhões, contabilizadas na Demonstração do Resultado na linha Provisões líquidas, de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 27 – Ativo Imobilizado e Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado.

O fluxo foi descontado pelo Custo do Capital Próprio, gerando uma taxa média de 6,19%.

Os valores por Unidade Geradora de Caixa – UGC estão demonstrados a seguir:

Unidades Geradoras de Caixa – UGCs	(Provisão) Reversão
Usina Palmeiras	(407)
Usina Bracinho	4.512
Usina São Lourenço	-
Usina Celso Ramos	(16.291)
Usina Garcia	2.520
Usina Rio dos Cedros	(2.508)
Usina Salto	-
Usina Piraí	(431)
Usina Caveiras	(3.726)
Usina Ivo Silveira	3.300
Usina Rio do Peixe	(1.546)
Usina Pery	(8.646)
Total	(23.223)

15. Intangível

					Controladora
Descrição	31 de dezembro 2011	Amortizações	31 de dezembro 2012	Amortizações	31 de dezembro 2013
	Reapresentado		Reapresentado		
Contrato de Concessão ECTE	8.583	(60)	8.523	(60)	8.463

Consolidado

Descrição	Contratos de Concessão (a)				Total
	Celesc D	Softwares Adquiridos	Ágios	Uso do Bem Público (b)	
Saldos em 31 de dezembro de 2011 Reapresentado	523.590	2.714	8.583	-	534.887
Custo Total	941.444	2.714	14.248	-	958.406
Amortização Acumulada	(417.854)	-	(5.665)	-	(423.519)
Saldos em 31 de dezembro de 2011 Reapresentado	523.590	2.714	8.583	-	534.887
Adições	46.451	7	-	-	46.458
Baixas	(13.670)	-	-	-	(13.670)
Amortizações	(152.039)	-	(60)	-	(152.099)
Transferências	(40.379)	-	-	-	(40.379)
Saldos em 31 de dezembro de 2012 Reapresentado	363.953	2.721	8.523	-	375.197
Custo Total	933.846	2.721	14.248	-	950.815
Amortização Acumulada	(569.893)	-	(5.725)	-	(575.618)
Saldos em 31 de dezembro de 2012 Reapresentado	363.953	2.721	8.523	-	375.197
Adições	31.586	2.081	-	5.007	38.674
Baixas	(5.079)	-	-	-	(5.079)
Amortizações	(157.268)	(544)	(60)	-	(157.872)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	233.192	4.258	8.463	5.007	250.920
Custo Total	960.353	4.802	14.248	5.007	984.410
Amortização Acumulada	(727.161)	(544)	(5.785)	-	(733.490)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	233.192	4.258	8.463	5.007	250.920
Taxa Média de Amortização %	11%				

O ágio gerado na aquisição da ECTE está sendo amortizada pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa (Nota 3.11.2).

a) Contratos de Concessão

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), contabilidade de concessões, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

A ANEEL em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de concessão do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação destas taxas. As taxas estabelecidas pelo órgão regulador são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

b) Uso do Bem Público

Em 11 de julho de 2013, o contrato de concessão nº 006/2013, celebrado entre a Celesc G e a União, por intermédio da ANEEL, tem como objeto regular a exploração dos potenciais de energia hidráulica, por meio das centrais geradoras e instalações de transmissão de interesse restrito – PCH. A Celesc G deve recolher quota mensal de Uso de Bem Público – UBP, a partir de 15 de agosto de 2013, por um prazo de 60 meses ou até o final da concessão de cada PCH à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás.

O contrato de concessão firmado estabelece, dentre outros, o seguinte: (a) pelo uso do bem público a Companhia pagará à União, pelo prazo de 5 anos contados da assinatura do contrato, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto, atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, tendo como base o índice relativo ao mês anterior ao da publicação do ato administrativo que aprovou a modificação do regime de exploração da concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

A contrapartida dessa obrigação está registrada no ativo intangível e será amortizada pelo mesmo período de vigência da obrigação. A amortização mensal é de R\$130,3. A estimativa dos fluxos de caixa para mensuração da UBP são decorrentes da utilização da taxa de desconto definida pela Administração

16. Resultado com Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

a) Composição do Imposto de Renda e da Contribuição Social Diferidos Líquidos

										Consolidado
Diferenças Tem- porárias	Provisão para Contín- gências	Provisão para Perdas em Ativos	Benefício Pós- Emprego	Custo Atribuído	IRPJ e CSLL Diferidos sobre o Prejuízo Fiscal	Recomposi- ção Tarifária Extraor- dinária - RTE	Efeitos do ICPC 01 - Contratos de Concessão	Efeitos do CPC 38 - Instru- mentos Financeiros	Outras Provisões	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011 Reapresentado										
Ativo	116.921	32.543	135.208	-	-	-	-	-	66.988	351.660
Passivo	-	-	-	72.389	-	-	-	-	66.002	138.391
Líquido	116.921	32.543	135.208	(72.389)	-	-	-	-	986	213.269
Saldos em 31 de dezembro de 2012 Reapresentado										
Ativo	95.119	93.627	334.979	-	33.745	68.430	-	-	23.864	649.764
Passivo	-	-	-	70.510	-	-	60.263	52.449	771	183.993
Líquido	95.119	93.627	334.979	(70.510)	33.745	68.430	(60.263)	(52.449)	23.093	465.771
Saldos em 31 de dezembro de 2013										
Ativo	121.251	88.480	190.595	-	24.284	74.839	-	-	-	499.449
Passivo	-	-	-	54.057	-	-	67.511	74.231	766	196.565
Líquido	121.251	88.480	190.595	(54.057)	24.284	74.839	(67.511)	(74.231)	(766)	302.884

			Consolidado
	31 de dezembro 2013	31 de dezembro 2012 Reapresentado	31 de dezembro 2011 Reapresentado
Ativo	316.517	494.175	285.658
Passivo	(13.633)	(28.404)	(72.389)
Tributo Diferido Líquido	302.884	465.771	213.269

b) Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro
	2013	2012 Reapresentado	2013	2012 Reapresentado
Resultado antes do IRPJ e a CSLL	222.738	(279.589)	296.311	(374.578)
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	75.731	(95.060)	100.746	(127.357)
Adições e Exclusões Permanentes				
Equivalência Patrimonial	(65.034)	62.675	(8.429)	7.484
Benefício Fiscal	-	-	4.618	5.714
Incentivo Fiscal	-	-	618	689
Juros sobre Capital Próprio	16.716	784	(25.352)	784
Provisões Indedutíveis	215	429	(18.390)	1.036
Multas Indedutíveis	-	-	8.172	7.508
Depreciação/Baixas VNR	-	-	83.093	-
Participação dos Administradores	351	351	372	524
Outras Adições/Exclusões	(4.116)	6.957	(48.011)	(15.234)
	23.864	(23.684)	97.437	(118.852)
Corrente	-	-	(43.419)	(12.321)
Diferido	(23.864)	23.684	(54.018)	131.173
	(23.864)	23.684	(97.437)	118.852
Alíquota Efetiva	-10,71%	-8,54%	-32,88%	-31,73%

17. Fornecedores

Descrição	Consolidado		
	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro
	2013	2012 Reapresentado	2011 Reapresentado
Energia Elétrica	327.809	573.165	288.796
Encargos de Uso da Rede Elétrica	28.485	55.048	51.698
Materiais e Serviços	78.985	75.068	74.029
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	122.575	-	-
	557.854	703.281	414.523

18. Empréstimos e Financiamentos

Os contratos de Empréstimos e Financiamentos são garantidos, principalmente, por recebíveis das Companhias.

Descrição	Taxa Anual de Juros e Comissões %	Consolidado		
		31 de	31 de	31 de
		dezembro 2013	dezembro 2012 Reapresentado	dezembro 2011 Reapresentado
Empréstimos Bancários (a)	7,55 a.a.	163.397	110.682	103.376
Eletrobras (b)	7,00 a.a.	177.591	189.260	151.092
Finame (c)	2,5 a 8,7 a.a.	37.651	38.168	25.199
FIDC				63.425
		378.639	338.110	343.092
Circulante		199.686	81.064	235.162
Não Circulante		178.953	257.046	107.930

a) Empréstimos Bancários

Visando atender as necessidades da Celesc D, o Conselho de Administração autorizou na reunião do dia 17 de outubro de 2012 a captação de recursos para Capital de Giro no valor de R\$110, a taxa de 7,55% a.a. com 12 (doze) meses de carência e 06 (seis) meses para pagamento. Este contrato tem como garantia os recebíveis e estão sendo anuídos pela ANEEL.

Em 17 de janeiro de 2013, o Conselho de Administração autorizou a captação de recursos para Capital de Giro da Celesc D no valor de R\$89 a taxa de 7,55% a.a. com 15 (quinze) meses de carência e 9 (nove) para o pagamento. Este contrato tem como garantia os recebíveis e estão sendo anuídos pela ANEEL.

b) Eletrobras

Os valores contratados destinam-se, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural, sendo que os recursos advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobras. Em geral, estes contratos possuem carência de 24 meses, amortização com períodos de 60 meses, sendo alguns superiores a 96 meses, taxa de juros de 5% a.a. e taxa de administração de 2% a.a., oferecem os recebíveis como garantia e estão anuídos pela ANEEL.

c) Finame

Os empréstimos contratados destinaram-se a suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D e foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição de equipamento constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros anuais que variam de 2,5% a.a. a 8,7% a.a.. Suas aplicações estavam previstas, inicialmente, para os anos 2011 e 2012. Entretanto, houve aplicações em 2013 e ainda podem ocorrer até 2017.

O valor contratado pode chegar a R\$50,0 milhões, e os empréstimos são amortizados em 96 meses, cujo início ocorreu em agosto de 2011. Em caso de inadimplência, a garantia está vinculada aos recebíveis do contratante e estão anuídos pela ANEEL.

18.1. Composição dos Vencimentos de Longo Prazo

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Consolidado		
	31 de	31 de	31 de
	dezembro	dezembro	dezembro
	2013	2012	2011
		Reapresentado	Reapresentado
Um a cinco anos	150.905	237.963	92.956
Acima de cinco anos	28.048	19.083	14.974
	178.953	257.046	107.930

18.2 Movimentação de Empréstimos e Financiamentos

Descrição	Moeda Nacional	
	Circulante	Não Circulante
Em 31 de Dezembro de 2011	235.162	107.930
Ingressos	28.849	227.047
Encargos Provisionados	25.341	-
Transferências	77.931	(77.931)
Amortizações de Principal	(264.537)	-
Pagamentos de Encargos	(21.682)	-
Em 31 de Dezembro de 2012	81.064	257.046
Ingressos	212.975	120.491
Encargos Provisionados	33.718	-
Transferências	198.584	(198.584)
Amortizações de Principal	(294.959)	-
Pagamentos de Encargos	(31.696)	-
Em 31 de Dezembro de 2013	199.686	178.953

19. Debêntures

A emissão de 30 mil Debêntures não conversíveis em ações com valor nominal unitário de R\$10, para fins e efeitos legais, foi realizada em 15 de maio de 2013. Tendo um prazo de 72 meses contados da data de emissão, portanto, seu vencimento será no dia 15 de maio de 2019. A amortização será em 3 parcelas, anuais e consecutivas, sendo a primeira devida a partir do 48º mês contado da data de emissão, ou seja, em 15 de maio de 2017 e a remuneração será paga em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir da data de emissão.

Os recursos desta emissão destinam-se exclusivamente para reforço de capital de giro e realização de Investimentos. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, “*over* extra-Grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 1,30%.

As Debêntures têm como compromisso contratual (*covenant*) apresentar a relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2, exigível a partir do ano de 2014.

	Consolidado
Descrição	
Em 31 de dezembro de 2012	-
Ingressos	300.000
Atualização Monetária	19.680
Pagamentos	(14.684)
Custos na Emissão de Debêntures	(1.963)
Em 31 de dezembro de 2013	303.033
Circulante	4.631
Não Circulante	298.402

20. Tributos e Contribuições Sociais

a) Composição

	Controladora			Consolidado		
Descrição	31 de dezembro 2013	31 de dezembro 2012 Reapresentado	31 de dezembro 2011 Reapresentado	31 de dezembro 2013	31 de dezembro 2012 Reapresentado	31 de dezembro 2011 Reapresentado
ICMS	-	-	-	82.667	45.005	47.607
PIS e COFINS	4.492	-	7.473	28.652	22.747	32.576
REFIS (i)	104	1.786	2.960	104	1.786	2.960
IRPJ e CSLL	-	-	5.265	47.633	10.921	14.282
INSS Parcelamento	-	-	-	2.487	3.150	14.912
Outros	88	243	40	5.943	6.157	12.085
	4.684	2.029	15.738	167.486	89.766	124.422
Circulante	4.684	1.988	14.531	167.486	89.725	123.215
Não Circulante	-	41	1.207	-	41	1.207

(i) Programa de Recuperação Fiscal – REFIS

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao REFIS, instituído pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais de parcelamentos ativos por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais.

As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas:

- a) parcelamento de débitos vencidos até 30 de novembro de 2008;
- b) inclusão de débitos já parcelados anteriormente (REFIS, PAES, PAEX e Parcelamentos Ordinários);
- c) redução de multa e juros, de acordo com origem do débito (juros, multas e encargos leais), assim como prazo determinado para quitação do parcelamento;
- d) não tributação dos benefícios gerados na aplicação das reduções legais;
- e) utilização de prejuízos fiscais acumulados para quitação do valor devido de juros e multas; e
- f) parcelamento em até 180 vezes, atualizado pela Selic.

A movimentação referente aos pagamentos efetuados em virtude do parcelamento está descrita no quadro a seguir:

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011		
Reapresentado	2.960	2.960
(-) Amortizações no Período	(1.174)	(1.174)
Saldo em 31 de dezembro de 2012		
Reapresentado	1.786	1.786
(-) Amortizações no Período	(1.682)	(1.682)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	104	104
Circulante	104	104

Em cumprimento ao disposto no artigo 1º da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2, a Companhia, em 31 de março de 2012, prestou as informações necessárias à consolidação das modalidades de parcelamento. Enquanto o processo de consolidação não é concluído, a Companhia está quitando as parcelas prefixadas pela Receita Federal do Brasil – RFB.

21. Taxas Regulamentares

Descrição	Consolidado		
	31 de	31 de	31 de
	dezembro	dezembro	dezembro
	2013	2012	2011
		Reapresentado	Reapresentado
Programa de Eficiência Energética – PEE	147.795	156.818	159.159
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	60.432	53.329	53.921
Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	12.609	23.590
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	67.381	68.104	62.488
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	4.838	17.323	15.448
Encargos do Consumidor a Recolher	-	2.336	1.901
Reserva Global de Reversão – RGR	278	26	4.120
Uso do Bem Público - UBP	5.007	-	-
Outros	1.049	1.530	1.471
	286.780	312.075	322.098
Circulante	174.621	122.891	174.257
Não Circulante	112.159	189.184	147.841

22. Provisão para Contingências e Depósitos Judiciais

Nas datas das Demonstrações Financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados as contingências:

Descrição	Controladora					
	Depósitos Judiciais			Provisões para Contingências		
	31 de	31 de	31 de	31 de	31 de	31 de
	dezembro	dezembro	dezembro	dezembro	dezembro	dezembro
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
Contingências:						
Tributária	2.154	2.182	24	1.263	1.263	-
Regulatórias	6.627	6.627	6.627	6.627	6.627	6.627
	8.781	8.809	6.651	7.890	7.890	6.627

Descrição	Consolidado					
	Depósitos Judiciais			Provisões para Contingências		
	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro
	2013	2012 Reapresentado	2011 Reapresentado	2013	2012 Reapresentado	2011 Reapresentado
Contingências:						
Tributária	3.782	3.722	3.080	29.522	29.525	11.369
Trabalhistas	51.334	61.118	78.793	75.612	44.822	108.705
Cíveis	42.240	28.378	19.018	349.137	316.734	322.096
Regulatórias	46.405	46.405	46.065	51.534	35.564	46.692
	143.761	139.623	146.956	505.805	426.645	488.862

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Depósitos Judiciais	Provisões para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisões para Contingências
Saldos em 31 de dezembro de 2011	6.651	6.627	146.956	488.862
Adições	2.158	1.263	30.449	55.176
Baixas	-	-	(37.782)	(117.393)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	8.809	7.890	139.623	426.645
Adições	830	-	36.904	104.576
Baixas	(858)	-	(32.766)	(25.416)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	8.781	7.890	143.761	505.805

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:

a) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias nas esferas federal, estadual e municipal.

b) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços relativas a questões de verbas rescisórias, salariais, enquadramentos e outros.

O principal incremento nas provisões trabalhistas durante o ano refere-se à ação movida pelo Ministério Público contra a Celesc D no que se refere às terceirizações. O processo encontra-se em fase de instrução e apresenta valor de R\$30 mil. Os assessores jurídicos internos da Celesc D entendem que a mesma é provável de perda.

c) Contingências Cíveis

Decorre principalmente de ações judiciais movidas pelos consumidores (classe industrial), que reivindicam o reembolso de valores pagos resultantes da majoração da tarifa de energia elétrica, com base nas Portarias DNAEE nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 04 de março de 1986, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado. A Celesc D constituiu provisão considerada suficiente para cobrir eventuais perdas com os processos dessa natureza. Quanto ao efeito sobre os anos subsequentes, denominado “Efeito Cascata”, não é possível no momento avaliar as possíveis decisões do Judiciário bem como estimar os possíveis efeitos.

Também foram constituídas provisões de diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais o Grupo é réu, relativas a questões de indenizações causadas por falha na rede de energia elétrica (danos materiais, danos morais e lucros cessantes), desapropriação, corte (danos morais e danos materiais), acidente (danos morais, materiais e pensão), inscrição indevida no SERASA/SPC (danos morais), entre outras.

d) Contingências Regulatórias

O Grupo foi autuado pela ANEEL em alguns processos administrativos que implicaram em multas pela transgressão de alguns itens da qualidade no atendimento de consumidores e outras matérias. O Grupo recorreu na esfera administrativa contra as penalidades impostas.

e) Perdas Possíveis – Não Provisionadas

O Grupo tem ações de natureza tributária, trabalhista, cíveis, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Descrição	Consolidado		
	31 de	31 de	31 de
	dezembro	dezembro	dezembro
	2013	2012 Reapresentado	2011 Reapresentado
Contingências:			
Tributárias	2.055	2.173	1.385
Trabalhistas	681	3.213	1.149
Cíveis	24.079	15.870	14.635
Regulatórias	15.172	15.710	9.133
	41.987	36.966	26.302

23. Passivo Atuarial

	Consolidado		
	31 de dezembro 2013	31 de dezembro 2012 Reapresentado	31 de dezembro 2011 Reapresentado
Obrigações Registradas			
Planos Previdenciários	598.387	1.008.435	719.310
Plano Misto/Transitório (a)	598.387	1.008.435	719.310
Outros Benefícios a Empregados	461.102	478.955	180.395
Plano Celos Saúde (b)	196.867	124.293	82.386
Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI (c)	10.803	34.882	63.376
Programa de Demissão Voluntária – PDV 2012 (d)	223.750	288.814	-
Outros Benefícios (e)	29.682	30.966	34.633
	1.059.489	1.487.390	899.705
Circulante	172.275	130.960	115.908
Não Circulante	887.214	1.356.430	783.797

A Celesc D é patrocinadora da Fundação de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a complementação de aposentadoria para os participantes representados basicamente pelos seus empregados.

a) Planos Previdenciários

A partir de janeiro de 1997, foi implementado um novo plano de previdência complementar para os novos empregados com características de contribuição variável, denominado “Plano Misto”, contemplando a renda de aposentadoria programada.

Para os participantes que pertenciam ao plano transitório foi elaborado um processo de migração dando oportunidade aos participantes do referido plano migrarem para o Plano Misto.

Este processo de migração se deu em dois períodos: de maio a agosto de 1999 e fevereiro de 2000. Mais de 98% dos empregados ativos optaram pela migração.

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e contribuição definida para as contribuições posteriores a transição. O plano anterior de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo quase que exclusivamente participantes aposentados e seus beneficiários.

A Celesc D firmou, em 30 de novembro de 2001, o contrato para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% ao ano e atualização pela variação do IGP-M, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório.

Em outubro de 2010 por meio de termo aditivo houve a mudança do indexador de atualização do IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

b) Plano Celos Saúde

A Celesc D oferece aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica).

c) Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI

Por meio da Deliberação nº 243, de 09 de dezembro de 2002, a Celesc D aprovou o PDVI, o qual foi homologado pelo Governo do Estado de Santa Catarina visando à redução de custos operacionais.

Esse programa foi implementado a partir de janeiro 2003 e teve a adesão de 1.089 empregados. Até 31 de dezembro de 2013 a Celesc D havia quitado o débito com 945 beneficiários (870 em 31 de dezembro de 2012).

d) Programa de Demissão Voluntária - PDV

Por meio da Deliberação nº 168, de 15 de maio de 2012, a Celesc D aprovou o Plano de Adequação de Quadros, do qual faz parte o Plano de Demissão Voluntária – PDV.

Esse programa foi implementado a partir de novembro de 2012 e teve a adesão de 734 empregados. Até junho de 2013 houve a inclusão de mais 19 empregados, totalizando 753. Desligaram-se da Celesc D, até 31 de junho de 2013, 753 beneficiários (432 em 31 de dezembro de 2012).

Até 31 de dezembro de 2013 a Celesc D havia quitado o débito com 133 beneficiários.

e) Outros Benefícios

Tratam-se de valores referentes ao auxílio deficiente, auxílio funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo a aposentadoria.

23.1. Resultados da Avaliação Atuarial

a) Evolução do Valor Presente das Obrigações

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDV 2012	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Saldos em 31 de dezembro de 2011 Reapresentado	1.294.204	723.779	108.039	63.376	-	13.871	27.833
Custo inicial	-	-	-	-	288.814	-	-
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	2.605	-	5.315	-	-	-	-
Juros sobre obrigação atuarial	132.541	70.971	8.109	5.285	-	1.410	2.800
Benefícios pagos no ano	(55.123)	(48.376)	(53.215)	(30.356)	-	-	(1.771)
Contribuições de participante vertida no ano	4.419	4.066	24.089	-	-	-	-
Obrigações Ganho/(Perda)	293.904	148.260	51.934	(3.423)	-	(8.697)	4.182
Saldos em 31 de dezembro de 2012 Reapresentado	1.672.550	898.700	144.271	34.882	288.814	6.584	33.044
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	(357)	(4.066)	(19.070)	-	-	-	-
Juros sobre obrigação atuarial	142.834	75.951	10.262	2.156	20.978	571	2.793
Benefícios pagos no ano	(91.582)	(68.689)	(53.035)	(20.558)	(86.972)	(196)	(910)
Contribuições de participante vertida no ano	5.491	4.791	26.805	-	-	-	-
Obrigações Ganho/(Perda)	(305.093)	(212.586)	123.234	(5.677)	930	1.412	(5.886)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.423.843	694.101	232.467	10.803	223.750	8.371	29.041

b) Evolução do Valor Justo dos Ativos

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDV 2012	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Saldos em 31 de dezembro de 2011 Reapresentado	976.520	322.153	25.653	-	-	7.071	-
Benefícios pagos no ano	(55.123)	(48.376)	(53.215)	(30.356)	-	-	(1.771)
Contribuições de participante vertida no ano	4.419	4.066	24.089	-	-	-	-
Contribuições de patrocinadora vertida no ano	27.590	28.430	23.586	30.356	-	-	1.771
Juros sobre ativo	98.528	31.337	1.950	-	-	714	-
Ganho/(Perda) sobre ativos	133.350	39.921	(2.085)	-	-	877	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012 Reapresentado	1.185.284	377.531	19.978	-	-	8.662	-
Benefícios pagos no ano	(91.582)	(68.689)	(53.035)	(20.558)	(86.972)	(196)	(910)
Contribuições de participante vertida no ano	5.491	4.791	26.805	-	-	-	-
Contribuições de patrocinadora vertida no ano	32.481	30.328	31.936	20.558	86.972	196	910
Juros sobre ativo	101.900	32.094	1.499	-	-	752	(75)
Ganho/(Perda) sobre ativos	(47.814)	(42.258)	8.417	-	-	(1.684)	75
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.185.760	333.797	35.600	-	-	7.730	-

c) Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDV 2012	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Valor presente da obrigações atuariais com cobertura	1.672.550	898.700	144.271	34.882	288.814	6.584	33.044
Benefícios Concedidos	1.354.341	897.197	55.474	-	288.814	845	30.951
Benefícios a Conceder	318.209	1.503	88.797	-	-	5.739	2.093
Valor justo dos ativos	1.185.284	377.531	19.978	-	-	8.662	-
Superávit / (Déficit)	(487.266)	(521.169)	(124.293)	(34.882)	(288.814)	2.078	(33.044)
Superávit não recuperável (Efeito do limite de Ativo)	-	-	-	-	-	-	-
(Passivo) / Ativo atuarial líquido total a ser reconhecido em 31 de dezembro de 2012	(487.266)	(521.169)	(124.293)	(34.882)	(288.814)	2.078	(33.044)
Valor presente da obrigações atuariais com cobertura	1.423.843	694.101	232.467	10.803	223.750	8.371	29.041
Benefícios Concedidos	1.146.538	694.089	212.398	10.803	223.750	1.362	27.383
Benefícios a Conceder	277.305	12	20.069	-	-	7.009	1.658
Valor justo dos ativos	1.185.760	333.797	35.600	-	-	7.730	-
Superávit / (Déficit)	(238.083)	(360.304)	(196.867)	(10.803)	(223.750)	(641)	(29.041)
Superávit não recuperável (Efeito do limite de Ativo)	-	-	-	-	-	-	-
(Passivo) / Ativo atuarial líquido total a ser reconhecido em 31 de dezembro de 2013	(238.083)	(360.304)	(196.867)	(10.803)	(223.750)	(641)	(29.041)

d) Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição	Despesa reconhecida em 2013	Despesa reconhecida em 2012 Reapresentado
Plano Transitório	39.791	35.484
Plano Misto	40.577	32.537
Plano Pecúlio	(180)	717
PDVI 2002	2.156	4.105
PDVI 2012	20.978	-
Plano Médico	(10.307)	(20.904)
Outros	2.868	2.800
	95.803	54.739

e) Hipóteses Atuariais e Econômicas

As premissas atuariais e econômicas utilizadas foram às seguintes:

Descrição	31 de dezembro 2013	31 de dezembro 2012 Reapresentado
Taxa de Desconto	11,18%	8,68%
Taxa Esperada de Retorno dos Ativos	11,18%	8,68%
Taxa de Crescimento Salarial	5,55%	5,55%
Taxa de Inflação Futura	4,50%	4,50%
Taxa de Crescimento dos Custos Médicos	7,67%	7,64%
Taxa de Crescimento dos Custos Médicos Faixa Etária	7,67%	7,64%
Taxa ou Tábua de Rotatividade	0,60%	0,80%
Taxa de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,00%	0,00%
Indexador de Reajuste de Salários	IPCA	IPCA
Indexador de Reajuste dos Benefícios	IPCA	IPCA
Fator de Determinação do Valor Real dos Salários	97,50%	98%
Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios	97,50%	98%

f) Hipóteses Biométricas

Descrição	31 de dezembro 2013	31 de dezembro 2012 Reapresentado
Mortalidade Geral	AT-1983	AT-1983
Mortalidade de Inválidos	AT-1949	AT-1949
Entrada em Invalidez	Ligth Média agravada em 25%	Ligth Média agravada em 40%

g) Despesa Estimada para o Exercício de 2014

A estimativa da despesa para o exercício de 2014 está demonstrada a seguir:

Planos	Despesa a ser reconhecida em 2014 ¹⁰
Plano Transitório	33.571
Plano Misto	23.091
Plano Pecúlio	61
PDVI 2002	601
PDV 2012	20.290
Plano Médico	(5.950)
Outros Benefícios	3.196
	74.861

¹⁰ As despesas projetadas para o próximo exercício foram apuradas de acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012.

24. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.017.700, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas. As Ações Preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

Do total do capital subscrito no exercício de 2013, 20,46% está representado por investidores estrangeiros, detendo um volume de 7.892.700 ações, na grande maioria preferenciais.

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,00	7.791.201	20,20
PREVI	5.140.868	33,11	437.807	1,90	5.578.675	14,46
Celos	1.333.974	8,59	230.800	1,00	1.564.774	4,06
Fundo de Investimentos Geração Futuro	257.600	1,66	2.264.900	9,83	2.522.500	6,54
Eletrobras	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Fundo de Investimentos Tarpon Investimento	-	-	5.177.623	22,47	5.177.623	13,42
MCAP Poland FIA	-	-	2.828.700	12,27	2.828.700	7,33
Outros	999.452	6,44	7.961.659	34,55	8.961.111	23,23
	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100,00

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Conforme previsto no CPC 27 – Ativo Imobilizado e em atendimento às orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 10, foi reconhecido o ajuste do valor justo do ativo imobilizado na data da adoção inicial dos CPCs em 1º de janeiro de 2009.

Também em atendimento ao disposto no CPC 33(R1) – Benefícios a Empregados foi reconhecido o valor do ajuste referente aos ganhos e perdas atuariais referentes às obrigações com benefícios a empregados avaliados anualmente.

A contrapartida dos referidos ajustes líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, foi reconhecida na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido.

Esta rubrica é realizada durante o exercício contra a conta Lucros Acumulados e posteriormente, se não absorvida por prejuízos, transferida à conta de Reserva de Retenção de Lucros. A realização da conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial se dá à medida em que a depreciação do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

O quadro a seguir demonstra o efeito líquido no montante de R\$190.313 no Patrimônio Líquido:

Ajuste de avaliação patrimonial	190.313
<i>Deemed Cost</i> - Celesc G	104.935
Ajuste Passivo Atuarial - Celesc D (CPC – 33)	85.378

c) Lucro ou Prejuízo Diluído por Ação

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações. Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias no exercício de 2013.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Composição do Lucro Básico e Diluído:

	Controladora	
	31 de dezembro 2013	31 de dezembro 2012
		Reapresentado
Média ponderada de ações (em milhares):		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	15.527	15.527
Ações Preferenciais Nominativas – PN	23.044	23.044
Lucro/prejuízo básico e diluído por ação atribuído aos acionistas da Companhia (em R\$):		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	4,8653	(6,2561)
Ações Preferenciais Nominativas – PN	5,3518	(6,8817)
Lucro/prejuízo básico e diluído atribuído aos acionistas da Companhia (em R\$):		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	75.544	(97.139)
Ações Preferenciais Nominativas – PN	123.330	(158.586)
	198.874	(255.725)

d) Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas.

e) Juros sobre o Capital Próprio

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a administração da Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração, realizada em 12 de dezembro de 2013, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio de R\$46.236 (o que corresponde a R\$1,13113053 por ação ordinária e R\$1,24424359 por ação preferencial, líquido de imposto de renda na fonte) foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto, uma vez que os benefícios fiscais por ele gerados são mantidos no resultado do exercício.

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral é calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, é assim demonstrada:

	Controladora	
	2013	2012 Reapresentado
Lucro líquido do Exercício	198.874	(255.725)
(-) Constituição de Reserva Legal	(9.944)	-
(=) Base de Cálculo dos Dividendos	188.930	-
Juros sobre Capital Próprio	49.215	-
(-) IRRF	(2.979)	-
(=) JCP a Pagar	46.236	-
Dividendos Propostos	7.464	-
Total dos Dividendos e Juros sobre Capital Próprio do Exercício	53.700	-
Mínimo Obrigatório (25%)	47.232	-
Parcela Excedente ao Mínimo Obrigatório a ser aprovada em AGO	6.468	-

25. Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2013, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Empresa	Ramo	Ativos Cobertos	Consolidado	
			Vigência	Segurado
Celesc D	Seguro Garantia	Bens e Direitos Concessionários	08.11.2011 à 31.12.2014	400.000
Celesc D	Riscos Nomeados	Prédio Sede	01.01.2013 à 31.12.2013	52.360
Celesc D	Transporte Nacional	Transporte Mercadorias	01.01.2013 à 31.12.2013	3.500
Celesc D	Riscos Nomeados	Subestações	14.05.2013 à 14.05.2014	20.000
Celesc G	Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	08.06.2013 à 08.06.2014	18.768
Celesc G	Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.06.2013 à 08.06.2014	9.384
Celesc G	Vendaval	Usinas e Subestações	08.06.2013 à 08.06.2014	9.384
Celesc G	Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.06.2013 à 08.06.2014	18.768

26. Informações por Segmento de Negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

A apresentação dos segmentos é consistente com os relatórios internos fornecidos à Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, são as seguintes:

Descrição	31 de dezembro de 2013				
	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida		4.780.203	94.074	(1.900)	4.872.377
Custo das Vendas		(4.020.841)	(33.606)	1.900	(4.052.547)
Lucro Bruto		759.362	60.468	-	819.830
Despesas com Vendas		(213.625)	(805)	-	(214.430)
Despesas Gerais e Administrativas	(34.360)	(303.977)	(8.309)	-	(346.646)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	-	(109.711)	(28.955)	-	(138.666)
Resultado de Equivalência Patrimonial	191.277	-	148	(166.486)	24.939
Lucro Operacional	156.917	132.049	22.547	(166.486)	145.027
Receitas Financeiras	67.369	193.466	6.634	-	267.469
Despesas Financeiras	(1.548)	(110.191)	(4.446)	-	(116.185)
Resultado Financeiro Líquido	65.821	83.275	2.188	-	151.284
Lucro antes IRPJ e CSLL	222.738	215.324	24.735	(166.486)	296.311
IRPJ e CSLL	(23.864)	(66.066)	(7.507)	-	(97.437)
Lucro/Prejuízo do Exercício	198.874	149.258	17.228	(166.486)	198.874
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	2.200.098	4.960.358	325.152		
Total dos Passivos	62.636	3.421.602	49.513		

31 de dezembro de 2012

Reapresentado

Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida	-	4.348.617	68.493	(2.131)	4.414.979
Custo das Vendas	-	(3.979.562)	(25.206)	2.131	(4.002.637)
Lucro Bruto	-	369.055	43.287	-	412.342
Despesas com Vendas	-	(213.216)	(2.341)	-	(215.557)
Despesas Gerais e Administrativas	(25.830)	(559.329)	(16.773)	-	(601.932)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	(1.267)	6.820	(126.825)	-	(121.272)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(181.696)	-	(79)	203.397	21.622
Lucro Operacional	(208.793)	(396.670)	(102.731)	203.397	(504.797)
Receitas Financeiras	8.813	269.170	2.581	-	280.564
Despesas Financeiras	(79.609)	(68.843)	(1.892)	-	(150.344)
Resultado Financeiro Líquido	(70.796)	200.327	689	-	130.220
Lucro antes IRPJ e CSLL	(279.589)	(196.343)	(102.042)	203.397	(374.577)
IRPJ e CSLL	23.864	63.325	31.663	-	118.852
Lucro/Prejuízo do Exercício	(255.725)	(133.018)	(70.379)	203.397	(255.725)
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	1.789.994	4.729.287	292.821		
Total dos Passivos	12.661	3.509.778	44.855		

26.1. Receita Operacional Consolidada

	Consolidado	
	31 de dezembro 2013	31 de dezembro 2012
		Reapresentado
Receita Operacional Bruta		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	5.108.971	5.852.422
Suprimento de Energia Elétrica (a)	160.081	151.855
Disponibilização da Rede Elétrica	204.132	358.449
Energia de Curto Prazo	574.439	150.586
Arrendamento e Aluguéis	50.751	41.094
Renda de Prestação de Serviços	3.638	7.068
Outras Receitas Operacionais	12.573	12.004
Doações e Subvenções (i)	309.863	-
Receita de Construção	303.456	338.057
	6.727.904	6.911.535
Deduções da Receita Operacional Bruta		
ICMS	(1.151.904)	(1.342.341)
PIS	(104.369)	(111.511)
COFINS	(480.731)	(500.441)
ISS	(116)	(243)
Reserva Global de Reversão - RGR	(5.015)	(42.972)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(58.059)	(207.878)
Conta Consumo Combustíveis - CCC	(12.609)	(239.155)
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	(21.747)	(20.025)
Programa Eficiência Energética - PEE	(20.977)	(19.976)
Outros Encargos	-	(12.014)
	(1.855.527)	(2.496.556)
Receita Operacional Líquida	4.872.377	4.414.979

(i) Valor repassado pela Eletrobras, referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela MP nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. O montante mensal da receita contabilizada nos meses de fevereiro a novembro de 2013 foi de R\$26.624 e no mês de dezembro de 2013 foi de R\$31.802. As demais se referem ao Programa de Baixa Renda no montante de R\$11.821.

a) Fornecimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31.12.2013	31.12.2012 Reapresentado	31.12.2013	31.12.2012 Reapresentado	31.12.2013	31.12.2012 Reapresentado
Residencial	2.006.227	1.936.800	4.865.018	4.636.738	1.696.057	1.945.343
Industrial	96.804	91.316	4.682.435	2.460.583	1.585.676	1.842.303
Comercial	231.215	222.283	3.375.770	3.283.846	1.230.432	1.394.041
Rural	230.866	230.123	1.205.260	1.173.357	257.235	286.443
Poder Público	20.795	19.906	390.058	374.278	142.610	165.941
Iluminação Pública	542	490	543.439	528.907	108.793	120.899
Serviço Público	2.609	2.458	306.743	295.095	88.168	97.452
Total do Fornecimento	2.589.058	2.503.376	15.368.723	12.752.804	5.108.971	5.852.422
Suprimento de Energia	53	64	1.576.468	1.577.640	160.081	151.855
Total	2.589.111	2.503.440	16.945.191	14.330.444	5.269.052	6.004.277

(i) Informações não auditadas

26.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

Descrição	31 de dezembro de 2013				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	3.215.769	-	-	-	3.215.769
Pessoal (b)	282.711	108.776	36.127	12.609	440.223
Administradores	-	7.116	-	-	7.116
Despesa Atuarial	-	95.883	-	-	95.883
Entidade de Previdência Privada (b)	15.997	4.794	1.945	-	22.736
Material	12.341	5.486	3	-	17.830
Custo de Construção	303.456	-	-	-	303.456
Custos e Serviços de Terceiros	66.322	75.232	69.986	582	212.122
Depreciação e Amortização	175.653	32.618	-	-	208.271
Provisões Líquidas	(28.169)	-	16.519	103.857	92.207
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	8.975	8.975
Comp. Fnc. p/ Utilização Recursos Hídricos	-	-	-	1.068	1.068
Outros Custos e Despesas	8.467	16.741	89.850	11.575	126.633
	4.052.547	346.646	214.430	138.666	4.752.289

31 de dezembro de 2012					
Reapresentado					
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	3.136.305	-	-	-	3.136.305
Pessoal (b)	303.424	413.373	39.497	41.443	797.737
Administradores	-	7.663	-	-	7.663
Despesa Atuarial	-	54.739	-	-	54.739
Entidade de Previdência Privada (b)	17.607	5.490	2.218	-	25.315
Material	16.423	6.811	8	-	23.242
Custo de Construção	338.057	-	-	-	338.057
Custos e Serviços de Terceiros	59.472	69.267	56.759	575	186.073
Depreciação e Amortização	121.666	36.628	-	-	158.294
Provisões Líquidas	-	-	97.679	61.625	159.304
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	11.117	11.117
Comp. Fnc. p/ Utilização Recursos Hídricos	-	-	-	1.064	1.064
Outros Custos e Despesas	9.683	7.961	19.396	5.448	42.488
	4.002.637	601.932	215.557	121.272	4.941.398

a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	31 de dezembro 2013	GWh (i)	31 de dezembro 2012 Reapresentado	GWh (i)
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras	497.068	4.403	425.155	4.471
Tractebel Energia S.A.	390.060	2.728	364.404	2.700
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	136.017	277	108.143	278
Petrobrás S/A – Ute Governador Leon	218.033	1.317	-	-
Termoelétricas Petrobrás S.A.	-	-	167.442	1.322
Companhia Energética de Petrolina – CEP	111.955	200	41.502	200
Cia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF	-	-	75.819	711
Serra do Facão Energia S.A.	15.089	93	13.969	93
Energética Camacari Muricy S.A. – ECM	115.249	241	66.813	242
Furnas Centrais Elétricas S.A.	184.757	1.585	169.816	1.685
Arembepe Energia S.A.	105.331	241	69.542	242
Cemig Geração e Transmissão S.A.	152.809	984	148.681	1.034
Companhia Energética Potiguar	67.761	134	48.676	134
Companhia Energética de São Paulo – CESP	116.508	920	112.969	930
Copel Geração e Transmissão S.A.	115.264	916	109.519	950
Energética Suape II S.A.	78.503	203	14.627	204
Eletrobras Termonuclear S.A.	83.863	724	-	-
Enguia Gen Ba Ltda - Jaguarari	40.300	136	21.929	136
Porto do Pecem Geração de Energia	65.126	472	20.094	210
Usina Xavantes S.A - Aruanã	21.675	37	12.017	37
Lages Bioenergética Ltda	41.643	193	38.339	194
Foz do Chapecó Energia AS	32.298	199	29.900	200
Brentech Energia S.A.	17.473	50	16.894	51
Companhia Energética Estreito	30.649	197	28.438	197
Usina Termelétrica de Anápolis Ltda	15.093	33	10.818	33
Candeias Energia S.A.	15.344	33	-	-
UTE Porto do Itaquí Geração de Energia	35.002	242	-	-
Geradora de Energia do Norte S.A.	10.043	37	-	-
Borborema Energética S.A.	8.991	18	-	-
Santa Cruz Power Corp. Usinas Hidro	10.836	50	-	-
Linhares Geração S/A	10.654	33	-	-
Centrais Elétricas da Paraíba S/A	9.799	37	-	-
Termelétrica Viana S/A	9.643	18	-	-
Açucareiro Zillo Lorenzetti S/A	8.989	67	-	-
Centrais Elétricas Norte do Brasil	8.467	78	-	-
Rio PCHI S/A	8.429	52	-	-
Eletrosul Centrais Elétricas S/A	8.270	50	-	-
Empresa Energética Porto das Pedras	8.088	50	-	-
Energest S/A	7.732	56	-	-
Maracanau Geradora de Energia S/A	7.721	18	-	-
Santa Fé Energia S/A	6.178	38	-	-
Cia de Ger. Term. de E.E. – Eletrobras CGTEE	31.251	380	43.561	383
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.	11.479	104	10.808	103
Santo Antônio Energia S.A	29.375	301	-	-
Outros	81.849	947	184.280	1.821
	2.980.664	18.892	2.354.155	18.561
Encargo de Uso da Rede Elétrica	285.777	-	447.532	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	405.579	(23)	236.157	(158)
Proinfa	113.256	407	98.461	422
Recuperação de Despesas	(569.507)	-	-	-
	235.105	384	782.150	264
	3.215.769	19.276	3.136.305	18.825

(i) Informações não auditadas

b) Pessoal e Entidade de Previdência Privada

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro	31 de dezembro 2012	31 de dezembro	31 de dezembro 2012
	2013	Reapresentado	2013	Reapresentado
Pessoal				
Remunerações	17.955	15.820	242.965	260.343
Encargos Sociais	98	-	91.561	105.545
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	12.009	10.610
Benefícios Assistenciais	50	-	26.787	28.010
Provisões e Indenizações	166	-	66.901	102.541
Programa de Demissão Voluntária - PDV	-	-	-	290.382
Outros	-	226	-	306
Entidade de Previdência Privada	-	-	22.736	25.315
	18.269	16.046	462.959	823.052

26.3. Resultado Financeiro

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro	31 de dezembro 2012	31 de dezembro	31 de dezembro 2012
	2013	Reapresentado	2013	Reapresentado
Receitas Financeiras				
Renda de Aplicações Financeiras	1.983	2.904	32.976	20.707
Juros sobre Contas a Receber	-	324	-	324
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	50.478	56.937
Variações Monetárias	-	18	5.873	12.361
Incentivo Financeiro Fundo Social	-	-	19.650	16.800
Deságio Fornecedor	-	-	52	908
Desvalorização Cambial s/ Energia Vendida	-	-	7.604	6.115
Renda de Dividendos	896	506	896	506
Juros sobre Capital Próprio	49.166	-	3.432	-
Reversão de Juros sobre Capital Próprio	(49.166)	-	(3.432)	-
Receita Financeira de VNR	-	-	70.338	154.266
Reversão da provisão para perdas de Ativo Financeiro	66.245	-	66.245	-
Outras Receitas Financeiras	(1.755)	5.061	13.357	11.640
	67.369	8.813	267.469	280.564
Despesas Financeiras				
Encargos de Dívidas	-	-	(30.635)	(24.893)
Var. Mon. e Acréscimo Mor. Energia Comprada	-	-	(17.098)	(12.169)
Variações Monetárias	-	-	(4.167)	(863)
Amortização do Ágio	(1.528)	(1.531)	(1.528)	(1.531)
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(17.474)	(18.684)
Juros sobre Capital Próprio	(49.215)	-	(49.215)	-
Reversão de Juros sobre Capital Próprio	49.215	-	49.215	-
Despesa Financeira de VNR	-	-	(6.276)	-
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(19.681)	-
Outras Despesas Financeiras	(20)	(163)	(19.326)	(14.389)
Provisão para perdas de Ativo Financeiro	-	(77.815)	-	(77.815)
	(1.548)	(79.609)	(116.185)	(150.344)
Resultado Financeiro	65.821	(70.796)	151.284	130.220

27. Informações Complementares da Celesc D

27.1. Balanço Patrimonial

	31 de dezembro 2013	31 de dezembro 2012 Reapresentado
Ativo		
Circulante	1.572.563	1.257.087
Caixa e Equivalentes de Caixa	583.995	127.357
Títulos e Valores Mobiliários	-	16.343
Contas a Receber de Clientes	776.223	984.036
Estoques	11.948	14.748
Tributos a Recuperar	91.680	88.841
Outros Créditos	108.717	25.762
Não Circulante	3.387.795	3.472.200
Ativo Indenizatório (Concessão)	2.682.713	2.390.674
Contas a Receber de Clientes	7.170	100.442
Tributos Diferidos	316.517	470.379
Tributos a Recuperar	10.335	13.995
Depósitos Judiciais	134.908	130.734
Outros Créditos	2.960	2.023
Intangível	233.192	363.953
Total do Ativo	4.960.358	4.729.287
Passivo		
Circulante	1.450.872	1.286.531
Fornecedores	555.279	697.676
Empréstimos e Financiamentos	199.686	81.064
Debêntures	4.631	-
Salários, Provisões Trabalhistas e Encargos Sociais	108.575	114.777
Tributos e Contribuições Sociais	142.617	77.640
Dividendos Propostos	35.449	-
Taxas Regulamentares	172.565	122.685
Previdência Privada	14.263	14.538
Passivo Atuarial	172.275	130.960
Outros Passivos	45.532	47.191
Não Circulante	1.970.730	2.223.247
Empréstimos e Financiamentos	178.953	257.046
Debêntures	298.402	-
Taxas Regulamentares	108.716	189.184
Passivo Atuarial	887.214	1.356.430
Provisão para Contingências	494.970	418.112
Outros Passivos	2.475	2.475
Patrimônio Líquido	1.538.756	1.219.509
Capital Social Realizado	1.053.590	1.053.590
Ajustes de Avaliação Patrimonial	85.378	(126.088)
Reservas de Lucro	399.788	292.007
Total do Passivo	4.960.358	4.729.287

27.2. Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

	31 de dezembro 2013	31 de dezembro 2012 Reapresentado
Receita Operacional Líquida	4.780.203	4.348.617
Receita de Serviço de Energia Elétrica	4.476.747	4.010.560
Receita de Construção	303.456	338.057
Custos Operacionais	(4.020.841)	(3.979.562)
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(3.717.385)	(3.641.505)
Custo de Construção	(303.456)	(338.057)
Lucro Operacional Bruto	759.362	369.055
Despesas Operacionais	(627.313)	(765.725)
Despesas com Vendas	(213.625)	(213.216)
Despesas Gerais e Administrativas	(303.977)	(559.329)
Outras Despesas Operacionais	(109.711)	6.820
Resultado do Serviço	132.049	(396.670)
Resultado Financeiro	83.275	200.327
Receitas Financeiras	193.466	269.170
Despesas Financeiras	(110.191)	(68.843)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	215.324	(196.343)
IRPJ e CSLL	(68.540)	63.325
Corrente	(21.142)	-
Diferido	(44.924)	63.325
Lucro/Prejuízo do Exercício	149.258	(133.018)

27.2.1. Receita Operacional

	31 de dezembro 2013	31 de dezembro 2012 Reapresentado
Receita Operacional Bruta		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	5.063.731	5.809.063
Suprimento de Energia Elétrica (a)	119.082	111.606
Disponibilização da Rede Elétrica	206.032	360.580
Energia de Curto Prazo	549.707	150.586
Arrendamento e Aluguéis	50.751	41.094
Renda de Prestação de Serviços	3.638	7.068
Serviço Taxado	12.249	11.156
Outras Receitas Operacionais	324	848
Doações e Subvenções	309.863	-
Receita de Construção	303.456	338.057
6.618.833	6.830.058	
Deduções da Receita Operacional Bruta		
ICMS	(1.145.465)	(1.334.937)
PIS	(102.774)	(110.258)
COFINS	(473.385)	(494.289)
ISS	(116)	(243)
Reserva Global de Reversão - RGR	(3.498)	(42.666)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(58.059)	(207.878)
Conta Consumo Combustíveis - CCC	(12.609)	(239.155)
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	(21.747)	(20.025)
Programa Eficiência Energética - PEE	(20.977)	(19.976)
Outros Encargos	-	(12.014)
(1.838.630)	(2.481.441)	
Receita Operacional Líquida	4.780.203	4.348.617

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012 Reapresentado
Residencial	2.006.227	1.936.800	4.865.018	4.636.738	1.696.057	1.945.343
Industrial	96.798	91.302	4.490.935	4.620.152	1.551.249	1.801.562
Comercial	231.214	222.281	3.316.687	3.268.301	1.219.619	1.391.423
Rural	230.866	230.123	1.205.260	1.173.357	257.235	286.443
Poder Público	20.795	19.906	390.058	374.278	142.610	165.941
Iluminação Pública	542	490	543.439	528.907	108.793	120.899
Serviço Público	2.609	2.458	306.743	295.095	88.168	97.452
Total do Fornecimento	2.589.051	2.503.360	15.118.140	14.896.828	5.063.731	5.809.063
Suprimento de Energia	48	47	1.328.932	1.260.283	119.082	111.606
Total	2.589.099	2.503.407	16.447.072	16.157.111	5.182.813	5.920.669

(i) Informações não auditadas

27.2.2. Custos e Despesas Operacionais

31 de dezembro de 2013					
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	3.214.069	-	-	-	3.214.069
Pessoal	277.082	84.641	35.793	12.609	410.125
Administradores	-	10	-	-	10
Despesa Atuarial	-	95.883	-	-	95.883
Entidade Previdência Privada	15.997	4.794	1.945	-	22.736
Material	12.249	5.457	3	-	17.709
Custo de Construção	303.456	-	-	-	303.456
Custos e Serviços de Terceiros	64.136	66.541	69.589	582	200.848
Depreciação e Amortização	125.391	31.878	-	-	157.269
Provisões Líquidas	-	-	16.519	76.857	93.376
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	8.711	8.711
Outros Custos e Despesas	8.461	14.773	89.776	10.952	123.962
	4.020.841	303.977	213.625	109.711	4.648.154

31 de dezembro de 2012 Reapresentado					
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	3.127.146	-	-	-	3.127.146
Pessoal	298.602	389.418	39.497	41.443	768.960
Administradores	-	698	-	-	698
Despesa Atuarial	-	54.739	-	-	54.739
Entidade Previdência Privada	17.607	5.490	2.218	-	25.315
Material	16.109	6.578	8	-	22.695
Custo de Construção	338.057	-	-	-	338.057
Custos e Serviços de Terceiros	57.022	62.683	56.759	575	177.039
Depreciação e Amortização	115.410	36.628	-	-	152.038
Provisões Líquidas	-	-	95.338	(64.121)	31.217
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	10.872	10.872
Outros Custos e Despesas	9.609	3.095	19.396	4.411	36.511
	3.979.562	559.329	213.216	(6.820)	4.745.287

28. Informações Complementares da Celesc G

28.1. Balanço Patrimonial

		31 de dezembro 2013	31 de dezembro 2012
Ativo	Circulante	62.996	14.521
	Caixa e Equivalentes de Caixa	50.505	7.514
	Contas a Receber de Clientes	12.180	6.500
	Estoques	10	12
	Tributos a Recuperar	301	417
	Outros Créditos	-	78
	Não Circulante	262.156	278.300
	Tributos a Recuperar	83	65
	Depósitos Judiciais	72	80
	Investimentos	31.668	20.203
	Imobilizado	221.068	255.232
	Intangível	9.265	2.720
	Total do Ativo	325.152	292.821
Passivo	Circulante	29.492	15.808
	Fornecedores	2.503	4.369
	Tributos e Contribuições Sociais	20.185	10.097
	Taxas Regulamentares	2.056	206
	Outros Passivos	27	1.136
	Dividendos Propostos	4.721	-
	Não Circulante	20.021	29.047
	Tributos Diferidos	13.633	28.404
	Provisão para Contingências	2.945	643
	Taxas Regulamentares	3.443	-
	Patrimônio Líquido	275.639	247.966
	Capital Social Realizado	128.000	112.000
	Reservas de Lucro	42.704	-
	Ajuste de Avaliação Patrimonial	104.935	136.872
	Prejuízo Acumulado	-	(906)
	Total do Passivo	325.152	292.821

28.2. Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

	31 de dezembro 2013	31 de dezembro 2012
Receita Operacional Líquida	94.074	68.493
Receita	94.074	68.493
Custos Operacionais	(33.606)	(25.206)
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(33.606)	(25.206)
Lucro Operacional Bruto	60.468	43.287
Despesas Operacionais	(37.921)	(146.018)
Despesas com Vendas	(805)	(2.341)
Despesas Gerais e Administrativas	(8.309)	(16.773)
Outras Despesas Operacionais	(28.955)	(126.825)
Resultado da Equivalência Patrimonial	148	(79)
Resultado do Serviço	22.547	(102.731)
Resultado Financeiro	2.188	689
Receitas Financeiras	6.634	2.581
Despesas Financeiras	(4.446)	(1.892)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	24.735	(102.042)
IRPJ e CSLL	(7.507)	31.663
Corrente	(22.277)	(12.321)
Diferido	14.770	43.984
Lucro/Prejuízo do Exercício	17.228	(70.379)

28.2.1. Receita Operacional

	31 de dezembro 2013	31 de dezembro 2012
Receita Operacional Bruta		
Fornecimento de Energia Elétrica (a) - Industrial	34.427	40.742
Fornecimento de Energia Elétrica (a) - Comercial	10.813	2.616
Suprimento de Energia Elétrica (a)	40.999	37.398
Energia Elétrica de Curto Prazo (a)	24.732	2.850
	110.971	83.606
Deduções da Receita Operacional		
ICMS	(6.439)	(7.404)
PIS	(1.595)	(1.252)
COFINS	(7.346)	(6.151)
Reserva Global de Reversão - RGR	(1.517)	(306)
	(16.897)	(15.113)
Receita Operacional Líquida	94.074	68.493

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica						
Industrial	6	14	191.500	289.282	34.427	40.742
Comercial, Serviços e Outros	1	2	59.083	15.545	10.813	2.616
Suprimento de Energia	5	17	151.946	264.794	40.999	37.398
Energia de Curto Prazo (CCEE)	-	-	95.590	52.563	24.732	2.850
Total	12	33	498.119	622.184	110.971	83.606

(i) Informações não auditadas

28.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	31 de dezembro de 2013				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	3.600	-	-	-	3.600
Pessoal	5.629	5.866	334	-	11.829
Material	92	29	-	-	121
Custos e Serviços de Terceiros	2.186	884	397	-	3.467
Depreciação e Amortização	50.262	739	-	-	51.001
Compensação Financeira Recursos Hídricos	-	-	-	1.068	1.068
Provisões Líquidas	(28.169)	-	-	27.000	(1.169)
Taxa Fiscalização ANEEL	-	-	-	264	264
Outros Custos e Despesas	6	791	74	623	1.494
	33.606	8.309	805	28.955	71.675

Descrição	31 de dezembro de 2012				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	11.290	-	-	-	11.290
Pessoal	4.822	7.909	-	-	12.731
Administradores	-	341	-	-	341
Material	314	212	-	-	526
Custos e Serviços de Terceiros	2.450	1.966	-	-	4.416
Depreciação e Amortização	6.256	-	-	-	6.256
Compensação Financeira Recursos Hídricos	-	-	-	1.064	1.064
Provisões Líquidas	-	-	2.341	124.483	126.824
Taxa Fiscalização ANEEL	-	-	-	245	245
Outros Custos e Despesas	74	6.345	-	1.033	7.452
	25.206	16.773	2.341	126.825	171.145

29. Reajuste Tarifário da Celesc D

A ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 1.574, de 30 de julho de 2013, homologou as Tarifas de Energia – TEs e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSDs dos consumidores atendidos pela área de concessão da Celesc D.

O reposicionamento tarifário da Celesc D foi em média 15,37% (quinze vírgula trinta e sete por cento), sendo 14,50% (quatorze vírgula cinquenta por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 0,87% (zero vírgula oitenta e sete por cento) relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio percebido pelos consumidores do Grupo A e B foi de 13,73%.

O valor das tarifas praticado pela Celesc D a partir de 07 de agosto de 2013 a 06 de agosto de 2014, pode ser observado na tabela a seguir:

Subgrupo/Classe	Reajuste
A1 (230 kV ou mais)	19,15%
A2 (88 a 138 kV)	10,85%
A3 (69 kV)	16,62%
A3a (30 a 44 kV)	19,80%
A4 (2,3 a 25 kV)	14,10%
B1 (Baixa Tensão – Residencial e Baixa Renda)	12,90%
B2 (Baixa Tensão – Rural)	17,98%
B3 (Baixa Tensão – Demais Classes)	13,00%
B4 (Baixa Tensão – Iluminação Pública)	18,00%

Fonte: ANEEL

30. Medida Provisória nº 627/2013

Em 11 de novembro de 2013, o Governo Federal emitiu a MP nº 627, que altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e outras providências, e Instrução Normativa – IN nº 1397, de 16.09.2013, alterada pela IN nº 1422 de 19.12.2013.

Embora a MP 627/13 entre em vigor a partir de 1º.01.2015, há a possibilidade de opção (de forma irretratável) pela sua aplicação a partir de 1º.01.2014. Tramitam na Câmara dos Deputados e pelo Senado emendas para alteração da MP, sendo que, a Receita Federal do Brasil ainda não editou as regras para a adoção.

A Administração ainda não concluiu se irá ou não efetuar a opção pela adoção antecipada e aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 e o disciplinamento de diversas matérias pela Receita Federal do Brasil, para uma análise mais aprofundada e conclusiva, pois a medida provisória possui um número relevante de emendas propostas, com possibilidade de que algumas das suas disposições sejam alteradas e/ou esclarecidas.

De acordo com as análises preliminares da Administração, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da distribuição de lucros nos últimos cinco anos, do limite de dedução de juros sobre capital próprio e do excedente ao limite de isenção de tributação do resultado do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2013.

31. Evento Subsequente

Publicação do Decreto nº 8.203/14 – Repasse de recursos da CDE

Em 07 de março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203/14, que altera o Decreto nº 7.891/13, de forma a incluir a neutralização da exposição involuntária das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, estendendo a cobertura do repasse dos recursos da CDE para a competência de janeiro de 2014. O montante do recurso da CDE a ser repassado, conforme Despacho ANEEL nº 515/14, referente à compra de energia ocorrida durante o mês de janeiro de 2014, é de R\$66.308.